

ECONOMISTAS

Compromisso com a profissão, compromisso com o País

Com apoio decisivo de deputados economistas, PL 3.178/2024 é aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara e segue sua tramitação — edição traz entrevista exclusiva com os parlamentares que lideraram a articulação



Mauro Benevides
PDT/CE

André Figueiredo
PDT/CE

Luiz Carlos Hauly
PODE/PR

Reginaldo Lopes
PT/MG



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
cofecon.org.br

EXPEDIENTE

Presidente: Tania Cristina Teixeira

**Vice-presidente: João Manoel
Gonçalves Barbosa**

Conselheiros efetivos:

Carlos Alberto Safatle
Carlos Roberto de Castro
Claudemir Galvani
Elis Braga Licks
Fabíola Andréa Leite de Paula
Flávia Vinhaes Santos
Gustavo Casseb Pessoti
João Manoel Gonçalves Barbosa
Kerssia Preda Kamenach
Lucia dos Santos Garcia
Maria de Fátima Miranda
Maria do Socorro Erculano de Lima
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto Polli Lobo
Pedro Afonso Gomes
Tania Cristina Teixeira
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes:

Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Corrêa de Lacerda
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Cid Cordeiro Silva
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Evaldo da Silva
Frednan Bezerra dos Santos
Gilson de Lima Garófalo
José Antonio Lutterbach Soares
José Luiz Pagnussat
Josélia Souza de Brito
Maurílio Procópio Gomes
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Dantas da Costa
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Conselho Editorial:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)
João Manoel Gonçalves Barbosa
(Vice-coordenador)

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antonio Corrêa de Lacerda
Eduardo Reis Araujo
Elis Braga Licks
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Fernando Augusto Mansor de Mattos
Francisco Horácio Pereira de Oliveira
Gelton Pinto Coelho Filho
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
João Hallak Neto
José Luiz Pagnussat
José Wandemberg Rodrigues Almeida
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Juliane da Costa Furno
Lauro Chaves Neto
Lucia dos Santos Garcia
Marcelo Pereira Fernandes
Maria Cristina de Araújo
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Sérgio Fracalanza
Pedro Garrido da Costa Lima
Roberto Bocaccio Piscitelli
Wallace Marcelino Pereira
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)
João Gonçalves Barbosa (Vice-coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS!



@cofecon

Editorial Tania Cristina Teixeira	5	Filhos do Bolsa Família: uma análise da última década Valdemar Pinho Neto	48
Entrevista Carlos Gadelha Coordenação de Comunicação	6	A estimativa da desigualdade de rendas revisitada José Carlos Peliano	57
Inovação Econômica e Desenvolvimento Sustentável Sinval José Alves	14	Porto Alegre, a capital do debate econômico Coordenação de Comunicação	62
Como a inovação econômi- ca pode impulsionar o desenvolvimento da Amazônia? Michelle Aracaty	20	Manifesto dos economistas: Por um Brasil líder na transição justa e no equilíbrio climático Coordenação de Comunicação	66
A Economia real está acabando? Josué Silva	27	Novos livros	72
Inovação como estratégia para um projeto de país Tania Cristina Teixeira	32		
Vitória dos Economistas Coordenação de Comunicação	38		

A inovação ocupa lugar central nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento econômico e não pode ser compreendida apenas como avanço tecnológico isolado. Trata-se de um processo que envolve políticas públicas, financiamento, qualificação da força de trabalho, organização produtiva e capacidade de difusão do conhecimento. Os artigos reunidos nesta edição da Revista Economistas dialogam diretamente com essa agenda, ao examinar os desafios da inovação no contexto brasileiro.

Neste sentido, um dos setores com grande potencial no Brasil é o Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Uma entrevista exclusiva com o economista Carlos Gadelha aborda vários aspectos da inovação nesta área e mostra como o mercado interno e o Sistema Único de Saúde podem ser ferramentas poderosas para o desenvolvimento deste setor e sua consequente propagação por outros setores da economia nacional.

Os economistas terminam o ano de 2025 com muito a comemorar. O Projeto de Lei 3.178/2024, que atualiza a legislação referente à

profissão de economista no Brasil, foi aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados no dia 3 de dezembro. O projeto, apresentado pelos deputados Reginaldo Lopes e Mauro Benevides, teve como relator o deputado André Figueiredo e agora encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação, tendo como relator o deputado Luiz Carlos Hauly.

Por fim, não podemos deixar de mencionar a realização do XXVI Congresso Brasileiro de Economia, nos dias 6 a 10 de outubro, em Porto Alegre. O evento recebeu vários dos principais nomes da economia brasileira para discutir diversos temas que passam pela transição ecológica, reforma tributária, agronegócio, comércio internacional, desigualdades regionais, papel do Estado, atuação dos economistas, entre outros. Os economistas demonstraram, uma vez mais, sua importância na construção de um país mais próspero e alinhado com os desafios contemporâneos.

Boa leitura!



Tania Cristina Teixeira

Presidenta do Cofecon

Graduada em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e especialista em Políticas Econômicas (PUC Minas), mestre em Ciência Política (DCP/UFMG), com mestrado Master-DEA e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de Valência, Espanha. Professora do Departamento de Economia da PUC Minas, atua como coordenadora de Extensão Universitária e de Monografia. Foi presidenta do Corecon-MG em 2020, 2021 e 2022. É conselheira do Cofecon desde 2024 e presidenta no exercício de 2025.

Saúde como projeto de desenvolvimento

*Em entrevista exclusiva, o economista **Carlos Gadelha** defende o Complexo Econômico-Industrial da Saúde como eixo estratégico do desenvolvimento nacional, articulando soberania tecnológica, inovação, sustentabilidade e redução das desigualdades*

POR COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO



Em um cenário global marcado por disputas geopolíticas e profundas desigualdades sociais, num contexto de transformação energética e descarbonização da economia, e após uma pandemia que alterou a globalização, repensar os fundamentos do desenvolvimento tornou-se uma tarefa inadiável. Para o economista Carlos Gadelha, graduado e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a saúde não deve ser tratada apenas como política social compensatória, mas sim como um verdadeiro eixo estruturante da economia brasileira no século XXI.

Dentro deste cenário, o Complexo Econômico-Industrial da Saúde reúne características únicas: capacidade de gerar inovação e empregos qualificados, indução do crescimento econômico e resposta a uma missão central (e constitucional) do Estado brasileiro: o bem-estar da população. Gadelha, que possui vasta trajetória como pesquisador e docente e no setor público (além de ter sido vice-presidente da Fundação Oswaldo Cruz, secretário de Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo Econômico Industrial da Saúde no Ministério da Saúde), argumenta que a soberania sanitária e tecnológica é condição para garantir o direito à vida, especialmente em um país com um sistema universal do porte do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, ele ressalta que a experiência da pandemia de Covid-19 evidenciou que apenas países com base produtiva e capacidade

tecnológica próprias conseguiram responder de forma eficaz às emergências. Nesse contexto, defende uma política industrial e de inovação orientada para as demandas da população e capaz de reduzir vulnerabilidades externas e desconcentrar a produção no território nacional - em suma, que coloque a vida no centro da economia.

Revista Economistas: O senhor costuma afirmar que o Complexo Econômico-Industrial da Saúde é “o coração do desenvolvimento”. Por que ele tem esse papel estratégico e o que ainda falta para que ele seja reconhecido como eixo estruturante da economia brasileira?

Carlos Gadelha: Na tradição do pensamento econômico, sempre se identificou que o Brasil tinha alguns complexos econômicos que estiveram por trás do desenvolvimento. Do Século XIX para o Século XX houve o complexo cafeeiro e ele teve um papel importante por trás da própria industrialização brasileira. Já no Século XX, podemos pegar o complexo econômico automóvel, do aço e do petróleo, quando o Brasil entrou numa estratégia de industrialização que veio desde Getúlio Vargas e foi aprofundada com Juscelino Kubitschek.

O que nós apontamos hoje é que, no Século XXI, temos que apostar em novos complexos econômicos que carreguem em si a perspectiva de uma sociedade inclusiva e mais equânime. Os complexos econômicos dos Séculos XIX e XX permitiram o crescimento econômico. No Século XXI temos que apostar em novos complexos econômi-



A saúde não deve ser tratada apenas como política social compensatória, mas sim como um verdadeiro eixo estruturante da economia brasileira no século XXI."

cos que sejam compatíveis e convergentes com duas missões primordiais do Estado brasileiro: o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental.

Não podemos querer reproduzir complexos econômicos do passado que foram estruturados por uma sociedade desigual, excludente e insustentável. A saúde emerge como uma área que tem forte inovação e é intrinsecamente ligada ao SUS. O bem-estar e a sustentabilidade ambiental, em vez de serem frutos de políticas compensatórias, podem ser os novos vetores do desenvolvimento, o que abre possibilidade de crescimento, geração de renda e inovação. A saúde mobiliza 10% do PIB, um terço da ciência e tecnologia e 10 milhões de empregos. Os colegas do Cesit/Unicamp calculam, de modo refinado, que gera 17 milhões de empregos diretos e indiretos, sendo a área que mais emprega no Brasil.

RE: O senhor defende que o Brasil seja capaz de ter uma produção industrial que atenda pelo menos 70% da demanda na área da saúde. Quais são hoje os maiores obstáculos para que o país alcance soberania sanitária e tecnológica na saúde?

Gadelha: Ninguém pensa que o Brasil vá produzir 100% do que precisa em alguma área num mundo com relações internacionais, comerciais e de transferência de tecnologia. Mas, ao contrário de outras áreas, os produtos da saúde não são substituíveis. Se o medicamento de câncer está caro e eu não consigo comprar, as pessoas morrem de câncer. Elas não vão se curar tomando aspirina. Na saúde, se não tivermos uma capacidade produtiva significativa, quando surge uma emergência sanitária o risco é grande. Não estou falando só de vacina e pandemia: o câncer está explodindo, assim como as doenças do coração e aquelas associadas ao envelhecimento.

Os aprendizados da pandemia de Covid-19 foram muito ilustrativos: só respondemos ao desafio tecnológico onde tínhamos uma base produtiva capaz de atender a 70% da produção nacional. Publiquei um artigo com outros colegas no boletim da Organização Mundial de Saúde mostrando que o Brasil só atingiu a taxa de vacinação na pandemia de Covid-19 equivalente à dos países ricos quando a produção nacional

atingiu mais de 70%. Onde tínhamos capacidade produtiva, como no campo da vacina, conseguimos responder. É triste dizer isso, mas eu falava: quem já tem capacidade produtiva, estimule, que haverá resposta; quem tem capacidade intermediária ainda pode ter alguma chance; nas demais áreas, só resta rezar. A capacidade econômica, produtiva e tecnológica estava bloqueando o direito à vida. Perdemos 700 mil vidas na pandemia e teríamos perdido um milhão se não fosse a tecnologia desenvolvida no Brasil.

Quando temos uma capacidade tecnológica significativa, em torno de 70% da necessidade nacional, temos capacidade de atender à vida. Quando a capacidade é pequena, não. O Brasil acabou de lançar uma vacina contra dengue que é inovação mundial, a primeira vacina com uma dose. Isso foi fruto da política de inovação que se lançou garantindo o mercado do SUS, para assegurar o acesso das pessoas à vacina contra dengue. É inovação global feita no Brasil, fruto de uma visão geopolítica para o complexo da saúde.

Temos alguns desafios e um deles é avançar no marco regulatório para usar o poder de compra do Estado para induzir a capacidade tecnológica, econômica e de inovação do Brasil. O mercado interno faz parte do patrimônio nacional. Está na Constituição. A saúde é um dever do Estado e direito das pessoas, também está na Constituição. A ciência e tecnologia é um dever do Estado para atender às necessidades nacionais, está no Artigo 218. A visão do complexo está enraizada na Constituição, que vê saúde como direito; ciência, tecnologia e inovação como obrigação do Estado; mercado como parte do patrimônio; e sustentabilidade ambiental como necessidade.

RE: Quais produtos e tecnologias o Brasil deveria tratar como absolutamente prioritários para produção nacional nos próximos anos, considerando sua dependência externa?

Gadelha: Às vezes as pessoas falam em desenvolver o complexo econômico e industrial da saúde. A missão do Nova Indústria Brasil é desenvolver o complexo para reduzir a vulnerabilidade do SUS e garantir o acesso universal.

O “para” é fundamental. As demandas da população têm que ser o guia da política tecnológica de inovação. Não existe prioridade fora do SUS – que tem que ser universal, equânime, integral, como está na nossa Constituição. Temos uma matriz do SUS, dos desafios de saúde, orientando a política industrial e tecnológica. Isso tem que ser defendido.

De forma mais específica, temos que priorizar o campo das chamadas doenças negligenciadas: malária, hanseníase, Chagas, entre outras. Um bilhão de pessoas no mundo têm doenças negligenciadas. São áreas aonde o mercado não vai. Na outra ponta, onde o mercado tem muito interesse, o câncer tem a principal carga de doença do Brasil. Os tratamentos estão se tornando inacessíveis para as pessoas no campo das doenças raras: um tratamento pode custar mais de um milhão de reais.

Se não atuarmos, teremos uma classe executiva e depois mais sete categorias de acordo com a distância das cadeiras. Não podemos permitir isso na saúde, com uma primeira classe vivendo 80 anos, a segunda vivendo 70 anos e a última vivendo 50. Onde o mercado tem interesse, mas os preços estão ficando inacessíveis e o conteúdo tecnológico está sendo usado

como barreira para que outros países trabalhem, é ali que temos que priorizar na política industrial e tecnológica.

Então, são duas pontas: o que é negligenciado pelo mercado e a ponta em que há um grande interesse e que o acesso está sendo negado à população. Sou da linha do Schumpeter: mais empresas, mais variedade, mais produção local e regional. Hoje 86% das patentes estão em apenas dez países e vai ficar pior se não nos desenvolvermos.

RE: O Complexo Econômico-Industrial da Saúde poderia se tornar um vetor de desconcentração produtiva no Brasil? O que seria necessário para levar infraestrutura industrial e tecnológica de saúde para regiões historicamente marginalizadas?

Gadelha: É muito importante dizer que no Complexo Econômico-Industrial da Saúde estão incluídos todos os serviços de saúde: atenção primária, equipes de saúde da família, agentes comunitários. São verdadeiros arranjos produtivos locais. A saúde digital pode entrar no Brasil com uma forte interação com a atenção primária à saúde, que está em todo o território brasileiro.



Não existe município brasileiro que não tenha produção em saúde: todos têm hospital, atenção primária ou outra área.

A saúde exige uma discussão federativa. Não podemos reproduzir dentro do Brasil a desigualdade global. Como mencionei, as patentes no mundo são concentradas em dez países e duas ou três dezenas de empresas. Não podemos deixar que, no Brasil, a tecnologia para a biodiversidade do Amazonas esteja concentrada no Sudeste. Ela precisa estar lá no território. Fizemos a Hemobrás no Nordeste; a Bahia Pharma foi reconstruída para fazer medicamentos contra o câncer. Na Amazônia, estamos fazendo um projeto para o desenvolvimento da biodiversidade brasileira – e o Brasil é o país mais biodiverso do mundo, um verdadeiro laboratório vivo, com 15% a 20% da biodiversidade mundial. Isso é oportunidade de desenvolvimento na Amazônia, na Caatinga (que é um bioma que só existe no Brasil). Cerca de 65% dos medicamentos existentes são baseados na biodiversidade ou como produtos que vêm diretamente da biodiversidade.

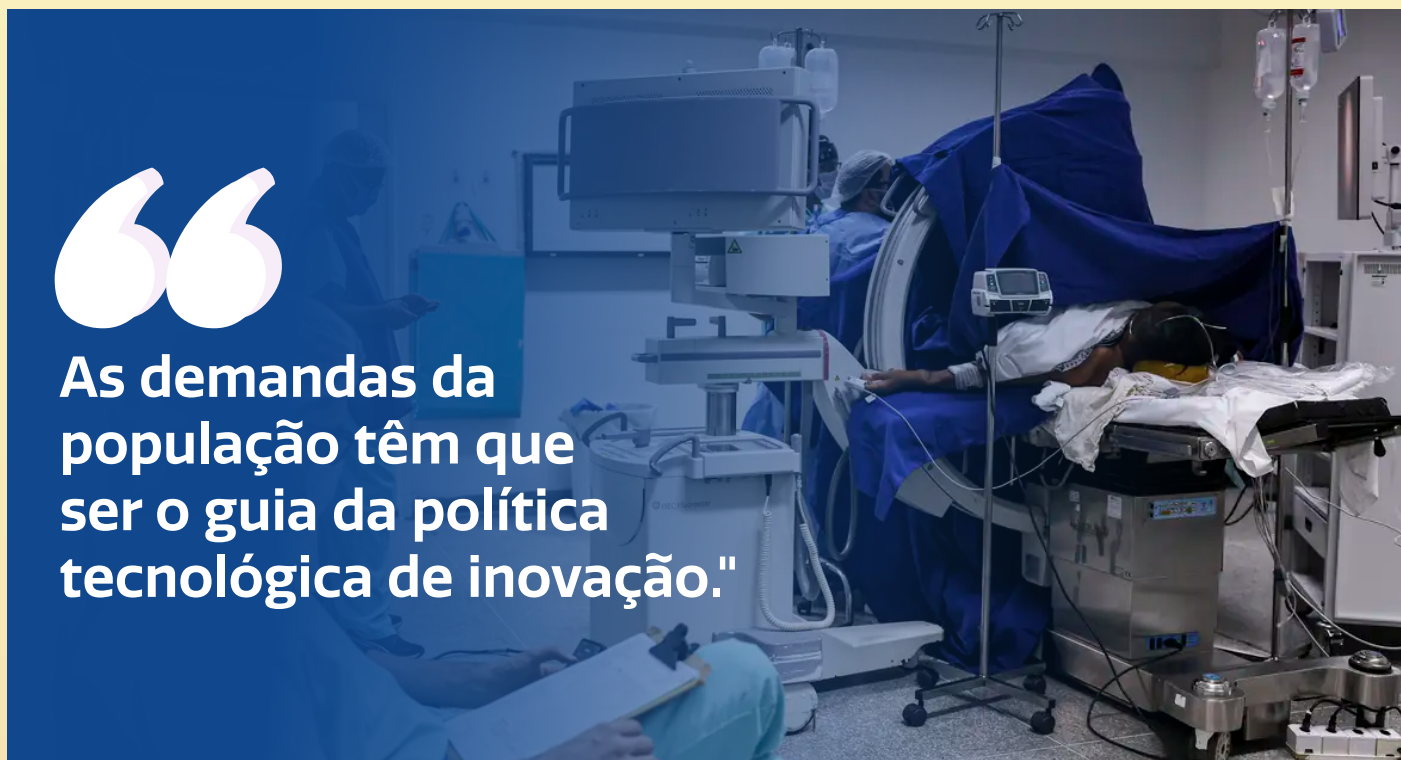
RE: A inovação orientada a missões sociais tem ganhado destaque em sua atuação. De que forma essa abordagem pode se transformar em políticas públicas concretas, com impacto econômico, tecnológico e social?

Gadelha: Eu não consigo ver prioridade do Estado fora da vida, da saúde, da educação, da mobilidade e de nos prepararmos para um mundo geopolítico tão ameaçador. Temos que sair de uma endogenia da economia para estabelecer um diálogo com a vida, como bem-estar das pessoas, que é a grande missão. Não podemos pensar a esfera do Estado descolada de quem precisa. Nossa política para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde foi lançada pelo presidente Lula em 2003. Quem abriu o evento no Palácio do Planalto foi Dona Amélia, mulher negra, portadora de doença de Chagas, líder do Movimento Nacional das Doenças Negligenciadas. Foi a primeira política industrial, e isso me emociona, aberta não por uma empresa, mas por uma pessoa da sociedade: mulher, negra, excluída, fruto e vítima de um modelo social excludente.

Hoje colocamos na mesa um novo modelo de desenvolvimento em que nós, economistas, temos enormes desafios de entender de gente e do planeta para não reproduzir um modelo econômico excludente e insustentável. A saúde nos fornece uma pista do que é possível fazer de forma diferente. Conseguimos colocar mais de 20 ministérios e instituições públicas numa institucionalidade única para lidar com o problema da saúde: câncer, vacina, derivados, Aids.



As demandas da população têm que ser o guia da política tecnológica de inovação."





Existe um grupo executivo interministerial que se organiza em torno de problemas de saúde. Este modelo pode ser pensado como inspiração para construir um novo projeto nacional de desenvolvimento sustentável.

RE: De que maneira o Brasil pode integrar de forma mais eficiente políticas de saúde, industrial e de inovação, evitando que esses sistemas funcionem de maneira fragmentada?

Gadelha: A concepção dessa abordagem foi desenvolvida em parceria com o professor Luciano Coutinho há mais de 20 anos, quando tive a oportunidade de propor um tema que, à época, se concentrava em “farmacêutica e biotecnologia”. Em diálogo com ele e com colegas da UFRJ, sugeri ampliar o olhar para a saúde como um todo, e não apenas para um setor específico. E a partir dali, em 2001, nasceu a ideia do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Resgato isso porque a partir desta ideia as políticas públicas permitiram o enfrentamento da Aids sem base produtiva nacional e o primeiro licenciamento compulsório decretado pelo ministro José Gomes Temporão (que estudava comigo este campo). Depois tivemos a política

de hemoderivados e a Hemobrás fez com que a biotecnologia avançada entrasse no sertão pelo complexo da saúde. No início dos anos 2000 dizia-se que era impossível fazer isso, ainda mais no sertão. Mostramos que era possível e, ao mesmo tempo, cumprimos a ideia do Betinho de que não poderíamos ter um mercado sujo e antiético que usava o sangue da população brasileira apenas para vender produtos. Veja a potência do que estamos falando, e não é apenas para uma cadeia produtiva, é para o Brasil, para as pessoas.

RE: Como o Brasil pode se inserir de forma mais estratégica em redes globais de pesquisa e inovação em saúde, mantendo soberania e ao mesmo tempo colaborando com outros países?

Gadelha: Precisamos superar binarismos que existiam no pensamento econômico tradicional, tais como: vamos ter cooperação global e transferências de tecnologia ou inovar? Na verdade, quanto mais capacidade científica, tecnológica e de inovação eu tenho, mais eu interajo globalmente. Interagimos globalmente em vacinas porque tínhamos capacidade local. Investir em capacidade própria ou em cooperação é um falso dilema. Hoje o mundo científico é globali-

zado, há conhecimento disponível; mas nós só conseguimos nos apropriar do valor e transformar em bem se tivermos capacidade tecnológica e de inovação.

O Brasil foi líder: a doença de Chagas foi descoberta no Brasil. Mais recentemente, pesquisadores em Pernambuco, em associação com uma grande rede, estabeleceram a associação entre Zika e microcefalia. A vacina para dengue é inovação brasileira no mundo. Temos que superar o complexo de vira-lata e cooperar globalmente. O Brasil liderou no G20 a criação de uma coalizão global para produção regional. Nós só cooperamos quando sabemos fazer. Quem não sabe fazer, nem sequer sabe como comprar.

Estamos num momento de disputa multipolar. É uma oportunidade para o Brasil reforçar sua visão multilateral, mas de um multilateralismo que não compactue com a assimetria global. Multilateralismo no conhecimento, na tecnologia e na inovação. Também é oportunidade de incorporar uma agenda de sustentabilidade ambiental onde a saúde puxa, por obrigação, um modelo de desenvolvimento que seja sustentável. E tratar a cooperação global simétrica como parâmetro importante de política pública.

RE: A Fiocruz ganhou ainda mais projeção após a pandemia, consolidando-se como instituição científica, tecnológica, industrial e estratégica para o país. Como o senhor enxerga o papel da instituição nos próximos dez anos e quais capacidades precisam ser fortalecidas para que ela continue sendo referência em saúde pública e inovação?

Gadelha: Durante o período marcado pelo negacionismo, que coincidiu com a pandemia, a então presidenta da Fiocruz, Nísia Trindade, acabou assumindo um papel central no enfrentamento da Covid-19. Sua atuação foi além da questão das vacinas, envolvendo também a produção e a divulgação contínua de informações qualificadas, com dados sobre a evolução da doença e seus focos de disseminação. Por meio do Observatório da Covid, a população passou a ter acesso permanente a informações confiáveis. Inicialmente, prevalecia a percepção de que qualquer objeto poderia representar um alto risco de transmissão; com o avanço do conhecimento científico, tornou-se cada vez mais evidente que o vírus se propagava principalmente pelo ar, por aerossóis libera-



(...) quanto mais capacidade científica, tecnológica e de inovação eu tenho, mais eu interajo globalmente. (...) Hoje o mundo científico é globalizado, há conhecimento disponível; mas nós só conseguimos nos apropriar do valor e transformar em bem se tivermos capacidade tecnológica e de inovação."

dos na fala. Nesse contexto, o uso de máscaras mostrou-se decisivo.

Ali a Fiocruz mostrou seu papel nacional e de referência. Não é uma instituição do Rio de Janeiro, é nacional e, como instituição estratégica de Estado, serve como uma âncora institucional para as políticas nacionais.

Ter outras instituições como o Butantan em São Paulo ou a Hemobrás em Pernambuco é muito bom. A cooperação estratégica no campo científico e tecnológico é absolutamente essencial. Talvez o maior desafio que a Fiocruz tenha hoje é estar junto às universidades, ao setor empresarial que acredita no Brasil e que queira investir, sendo uma instituição estratégica de Estado.

RE: O senhor recebeu no dia 15 de dezembro o “Prêmio Egresso Destaque Unicamp 2025”, na categoria Pós-Graduação do Instituto de Economia. De que maneira a premiação valoriza a sua trajetória profissional ao longo das últimas décadas?

Gadelha: O Instituto de Economia da Unicamp me deu régua e compasso. Foi lá que fiz meu mestrado, e me honra muito ter estudado nesta que foi a escola de Conceição Tavares, Celso Furtado, Luiz Gonzaga Belluzzo, Luciano Coutinho, entre tantos pensadores do desenvolvimento brasileiro. Mas, mais do que a realização pessoal, tomo essa honraria como o reconhecimento de que a economia precisa estar a serviço da vida.

A saúde e a área social eram vistas como alheias à área econômica. A economia precisa estar vinculada a políticas econômicas, industriais e de inovação, mas que seja para as pessoas e não apenas para as empresas.

Esta premiação é uma homenagem a toda uma visão que buscou superar a barreira entre a economia, a sociedade e a vida, e que hoje está bem disseminada no Brasil. Costumo brincar que essa visão representa o encontro de Celso

Furtado e Sergio Arouca, a economia política do desenvolvimento se encontrando com todos os teóricos que criaram o SUS.

RE: Que mensagem o senhor gostaria de deixar para os jovens economistas?

Gadelha: Temos que voltar a ter o potencial de encantar. Mais do que fazer análises de curto prazo, que são importantes e necessárias, temos que voltar a pensar o país, a sociedade e a ordem global num momento tão crítico. Nunca se precisou tanto de economistas encantados. Celso Furtado, para dar um grande exemplo, conseguiu encantar. Este é o chamamento que faço.

Jovens economistas, é possível construir um modelo diferente, e é possível que neste modelo tenhamos espaço, inclusive, para os economistas que querem se dedicar à área financeira e industrial, mas que nunca se esqueçam de pensar um projeto de país e sociedade, porque os filhos de vocês dependem de um mundo melhor.

Parece piegas, mas temos que resgatar o sonho dos grandes economistas do passado. Keynes, Schumpeter, Marx, Celso Furtado, Conceição Tavares, eles nunca deixaram de representar sonhos para mobilizar a economia a fim de que ela esteja a serviço das pessoas e de uma sociedade melhor. Não vamos conseguir avançar no mundo se o sonho não for resgatado. Encantem-se e ajudem a encantar os outros. O encantamento com a profissão, qualquer que seja ela, faz muita diferença na execução e no resultado.





Inovação econômica e desenvolvimento sustentável:

Das teorias clássicas às novas fronteiras da produtividade na Era Circular

POR SINVAL JOSÉ ALVES

1. Introdução: inovação como vetor central do progresso

Ao longo da história econômica, a inovação tem se revelado como o principal motor do progresso e da transformação estrutural das nações. Desde os fundamentos clássicos da economia até os modelos contemporâneos de

crescimento endógeno, o avanço tecnológico e o acúmulo de conhecimento têm assumido um papel cada vez mais central na explicação dos ganhos de produtividade e da dinâmica da competitividade global.

Em um cenário global complexo, marcado por rápidas transições digitais, pela urgência das crises climáticas e ambientais e pela emergência de novos paradigmas de produção e consumo, a inovação transcende a mera dimensão técnica. Ela se torna, inequivocamente, um vetor de sustentabilidade sistêmica e de inclusão social. O presente artigo busca examinar o papel da inovação econômica a partir de uma abordagem teórica e evolutiva, articulando autores clássicos e modernos, com ênfase na economia circular e na formulação de políticas de inovação mais adequadas e aplicáveis ao contexto brasileiro. O foco é entender como a inovação, em sua forma mais ampla, define as novas fronteiras da produtividade.

2. As raízes clássicas: produtividade e o nascimento da especialização

A fundação do pensamento sobre produtividade e crescimento remonta a Adam Smith. Em sua obra seminal, *A Riqueza das Nações* (1776), Smith identificou na divisão do trabalho a origem primordial dos ganhos de produtividade, ilustrada pelo famoso exemplo da fábrica de alfinetes. Ele estabeleceu o princípio de que o progresso técnico, embora não explicitamente chamado de "inovação", deriva da especialização crescente e da busca por eficiência. A expansão dos mercados é o catalisador que permite aprofundar essa divisão e, conseqüentemente, impulsionar a riqueza.

Economistas subsequentes, como David Ricardo e John Stuart Mill, avançaram ao demonstrar que o progresso técnico poderia contrabalançar os rendimentos decrescentes do capital e da terra, um temor recorrente na época. A inovação, ainda que percebida de forma implícita, era vista como um elemento quase exógeno, mas necessário à manutenção do crescimento no longo prazo. Assim, os economistas clássicos inauguraram o entendimento de que a produtividade é a ponte essencial entre o avanço técnico e a riqueza das nações.

3. Keynes e o papel estratégico do estado empreendedor

No Século XX, o impacto de John Maynard Keynes foi decisivo para redefinir o papel do Estado na economia e, por extensão, na promoção da inovação. Em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), Keynes argumentou que o investimento em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, financiado pelo setor público, não apenas estimulava a demanda agregada em períodos de crise, mas também gerava novas capacidades produtivas.

As políticas keynesianas de fomento à pesquisa básica e à tecnologia tornaram-se instrumentos estratégicos, reconhecendo que o Estado pode atuar como um agente indutor e coordenador, preenchendo lacunas de investimento que



Em um cenário global complexo, marcado por rápidas transições digitais, pela urgência das crises climáticas e ambientais e pela emergência de novos paradigmas de produção e consumo, a inovação transcende a mera dimensão técnica."

o setor privado, devido à incerteza, não preencheria. O investimento público em ciência e infraestrutura tecnológica, conforme as ideias keynesianas, cria o terreno fértil para a inovação privada subsequente.

4. Schumpeter e a Teoria da Destruição Criadora: o dinamismo capitalista

A contribuição de Joseph Schumpeter (1911, 1942) representou uma ruptura conceitual. Para ele, a inovação não é um processo gradual de melhoria, mas sim um ato empreendedor de "destruição criadora". Schumpeter argumentou que o sistema capitalista se renova permanentemente por meio de ondas radicais de inovação – que incluem a introdução de novos produtos, novos métodos de produção, novas fontes de matérias-primas, novas formas de organização ou a abertura de novos mercados.

A figura do empreendedor inovador é o agente central dessa transformação econômica, assumindo o risco de perturbar o equilíbrio existente. Esse dinamismo explica os ciclos de crescimento e crise do capitalismo, nos quais a inovação impulsiona a produtividade e a competitividade, mas, ao mesmo tempo, desestabiliza e destrói estruturas econômicas e industriais antigas.

A teoria schumpeteriana ganha nova e vibrante vida no Século XXI com o avanço das startups, dos ecossistemas de inovação e da economia digital. Empresas de tecnologia, por exemplo, repetem, em escala e velocidade ampliadas, a lógica da destruição criadora, reconfigurando setores inteiros, da mobilidade às finanças (Fintechs).

5. A inovação na Teoria Econômica Contemporânea: crescimento endógeno

A partir da segunda metade do Século XX, as teorias de crescimento econômico passaram a incorporar, de maneira explícita e formal, o fator tecnológico. Robert Solow (1957) demonstrou que grande parte do crescimento de longo prazo não se explicava apenas por aumentos em capital e trabalho, mas por um "resíduo tecnológico" (a inovação) - que era, contudo, tratado como exógeno.

O grande salto teórico veio com a Teoria do Crescimento Endógeno, desenvolvida por economistas como Paul Romer (Prêmio Nobel de 2018). Romer e seus pares internalizaram o fator tecnológico, mostrando que o conhecimento e a inovação são bens públicos acumuláveis e que são o resultado de investimento contínuo e intencional em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), capital humano e instituições. O crescimento de



longo prazo, portanto, não é limitado por recursos finitos, mas pela capacidade da sociedade de gerar novo conhecimento.

Outros laureados recentes reforçaram a dimensão social e institucional da inovação. Esther Duflo, Abhijit Banerjee e Michael Kremer (2019) trouxeram a dimensão da inovação social e metodológica, aplicando métodos experimentais (RCTs) para testar e aprimorar a eficácia de políticas públicas no combate à pobreza. Já Claudia Goldin (2023) evidenciou o papel transformador da inovação (em especial a tecnológica e a institucional) na estrutura ocupacional, na educação feminina e, por fim, na igualdade de gênero e no crescimento inclusivo.

6. A nova fronteira: economia circular e inovação sustentável

A partir dos anos 2000, e com urgência crescente, o debate econômico incorporou a dimensão ecológica e de recursos da inovação. O modelo linear tradicional de "extrair, produzir, usar e descartar" (Take-Make-Dispose) atingiu seus limites ambientais e de eficiência de recursos.

Nesse contexto, emerge a Economia Circular (EC). Conforme a Ellen MacArthur Foundation (2013), a EC propõe um modelo regenerativo e restaurativo, no qual produtos e materiais permanecem em uso pelo maior tempo possível, reduzindo drasticamente o desperdício, a poluição e a necessidade de extração primária.

Essa abordagem exige e, ao mesmo tempo, impulsiona a inovação sustentável em três frentes:

1. Inovação de Produto: Desenvolvimento de produtos duráveis, modulares e recicláveis.
2. Inovação de Processo: Tecnologias para remanufatura, reciclagem de alta qualidade e uso de energias renováveis.
3. Inovação de Modelo de Negócio: Transição da venda de produtos para a venda de serviços (Product-as-a-Service), garantindo a responsabilidade do produtor pelo ciclo de vida completo.

Países e empresas que adotam modelos circulares e sustentáveis tendem a apresentar

maior produtividade de recursos, resiliência da cadeia de suprimentos e competitividade internacional em um mundo com restrições crescentes. O desafio do Século XXI é, portanto, usar a inovação para descarbonizar a economia e desacoplar o crescimento econômico do consumo de recursos virgens.

7. Desafios e perspectivas para o Brasil: em busca de um salto inovativo

O Brasil, uma das maiores economias do mundo, figura em posições intermediárias no Índice Global de Inovação (WIPO, 2024), refletindo uma dicotomia. Por um lado, há avanços notáveis em empreendedorismo, agronegócio de ponta (biotecnologia), energia renovável e tecnologia digital; por outro, persistem gargalos estruturais que limitam o salto inovativo.

Os principais desafios incluem:

- Baixo Investimento em P&D: O investimento total em pesquisa e desenvolvimento no Brasil (cerca de 1,2% do PIB) é significativamente inferior à média da OCDE (2,7% do PIB), com baixa participação do setor privado.
- Fragilidade Institucional e Educacional: A descontinuidade das políticas públicas e as deficiências no sistema educacional, especialmente no ensino técnico e superior de qualidade, limitam a formação do capital humano necessário para a economia do conhecimento.
- Burocracia e Risco: O alto custo e a burocracia para empreender e inovar desestimulam a "destruição criadora" schumpeteriana.

O fortalecimento e aprimoramento de políticas públicas de fomento à inovação são fundamentais. Instrumentos como a Lei do Bem (incentivos fiscais), a atuação da FINEP (financiadora de P&D) e o modelo de hubs de inovação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) são cruciais para aproximar empresas, universidades e governo. Para o Brasil, a inovação precisa ser um pilar da transição energética e da bioeconomia, capitalizando sua vasta biodiversidade e seu potencial em energias limpas.

8. Conclusões: inovação como sobrevivência sistêmica

Da divisão do trabalho de Adam Smith à destruição criadora de Schumpeter, do Estado empreendedor de Keynes ao crescimento endógeno de Romer, a trajetória teórica da inovação reflete a evolução e a crescente complexidade do próprio sistema capitalista.

Hoje, a inovação transcende a mera questão de eficiência produtiva; ela é uma questão de sobrevivência sistêmica — econômica, ambiental e social. As economias que conseguem integrar, de forma sinérgica, inovação tecnológica radical, políticas públicas inteligentes (com foco na P&D e no capital humano) e a sustentabilidade ambiental (por meio da economia circular) tendem a liderar os novos e mais resilientes ciclos de prosperidade. Para o Brasil, essa integração representa a rota mais promissora para o crescimento inclusivo e a competitividade global no Século XXI.

Referências Bibliográficas

- BANERJEE, A.; DUFLO, E.; KREMER, M. Good Economics for Hard Times. New York: PublicAffairs, 2019.
- GOLDIN, C. Career and Family: Women's Century-Long Journey toward Equity. Princeton: Princeton University Press, 2021.
- KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas, 1992.
- MACARTHUR FOUNDATION, Ellen. Towards the Circular Economy. London, 2013.
- ROMER, P. Endogenous Technological Change. Journal of Political Economy, v.98, n.5, 1990.
- SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SMITH, A. A Riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOLOW, R. Technical Change and the Aggregate Production Function. Review of Economics and Statistics, 1957.
- WIPO – Global Innovation Index 2024. Geneva, 2024.



Sinval José Alves

Economista e perito inscrito na CNPEF. Especialista em economia aplicada, perícia econômica, tributária e financeira. Advogado e cientista político. Atua em estudos e pareceres técnicos nas áreas econômica, tributária e de inovação sustentável. Titular da Cátedra 45 da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais (Academia Nacional de Economia – ANE).

Confira a 2ª edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Como a inovação econômica pode impulsionar o desenvolvimento da Amazônia?

POR MICHELLE ARACATY

Introdução

A inovação econômica constitui um processo introdutório de novidades em produtos, serviços, métodos de produção e modelos de negócio, com o propósito de gerar eficiência, competitividade e crescimento econômico. Neste contexto, o crescimento econômico, por sua vez, possibilita a elevação do PIB, competitividade e agregação de valor econômico e social, provocando um amplo processo de transformação, adaptação econômica e resiliência.

No contexto amazônico, a inovação econômica constitui o pilar para o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento regional endógeno com foco na geração de emprego e renda a partir da bioeconomia e da reestruturação das cadeias produtivas de produtos da floresta.

A implementação da inovação econômica na Amazônia tem poder transformador, valorizando os produtos regionais e gerando inclusão social, ao mesmo tempo em que oferece alternativas à exploração predatória e contribui para reduzir o desmatamento e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Por outro lado, a falta de inovação ou investimento em modelo econômico que leve em consideração a floresta em pé provocará prejuízos econômicos significativos e irreparáveis.

Primórdios da inovação

A construção conceitual sobre inovação não é recente e o pai da economia, Adam Smith

(1723–1790), no Século XVIII, já discutia, em seus estudos, a relação entre a acumulação de capital e a tecnologia manufatureira, abordando conceitos próximos à mudança tecnológica, competição e divisão do trabalho.

Contudo, foi no Século XX que o austríaco Joseph Schumpeter (1883–1950) consolidou, através de suas pesquisas, o conceito de inovação, tendo como base a teoria do desenvolvimento econômico (1911) e destacando relevantemente o papel das empresas e dos empreendedores com foco nos aspectos técnicos, mercadológicos e organizacionais.

Ainda de acordo com Schumpeter, existem cinco tipos principais de inovação: a introdução de um novo bem; a introdução de um novo método; abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de matéria-prima e o aparecimento de uma nova estrutura organizacional.

Para tanto, a teoria schumpeteriana sustenta a inovação como motor do progresso capitalista, onde constantemente novas tecnologias, produtos e empresas substituem os antigos ("destruição criativa"), causando o processo de transformação no mercado e na economia.

Schumpeter (1988), destaca que a inovação ocorre através de uma espiral de atração mútua (clusters), onde um empreendedor de sucesso atrai outro empreendedor e, assim, os efeitos multiplicam-se.

Entre os pilares da teoria schumpeteriana, destacamos: empreendedorismo, inova-



ção como motor do desenvolvimento, destruição criadora, papel do crédito e do mercado financeiro e o desafio ao equilíbrio estático e os ciclos econômicos (Dutra, 2024).

Uma definição mais contemporânea tem como principal precursor o francês Francesco Ramella (2019), para o qual inovação corresponde a uma mudança em um estado de coisa existente, a partir da introdução de algum elemento novo. Logo, o ato de inovar implica numa relação diacrônica entre um estado de coisas anterior e um estado modificado por esse elemento novo.

Ainda para o autor (2019), a inovação constitui um movimento que compreende uma sequência de atividades interconectadas que resultam num estado de novidade em relação a um período anterior, tendo como base cinco pontos principais: inovação é processual; inovação é relacional; inovação difere de mudança; inovação difere de invenção; inovação não é necessariamente positiva.

Ratificando a tese esposada por Schumpeter (1988), Peter Drucker traz à baila que “a inovação é função específica do espírito empreendedor. [...] Ela é o meio pelo qual o empreendedor cria novos recursos produtores de riqueza ou investe recursos existentes com maior potencial para a criação de riqueza” e ressalta que “a maior parte delas, em especial as bem-sucedidas, resulta de uma busca intencional e consciente de oportunidades de inovação, as quais são encontradas somente em poucas situações.” (Drucker, 1998, p. 49–50).

A Amazônia é uma região com economia estagnada devido à sua incapacidade interna

de reverter as situações de abandono, pobreza e ausência de políticas governamentais e um modelo de desenvolvimento regional endógeno preservacionista. Tal realidade exige inovação econômica, tecnologia e investimento via parcerias com instituições de pesquisa, governo e iniciativa privada para a correta agregação de valor aos produtos, bem como a coordenação de atividades ao longo da cadeia produtiva para que ocorra o processo de transformação.

Inovação econômica no contexto amazônico: desafios e oportunidades

De acordo com Ramella (2019), no caso de inovação econômica, o conceito repousa sobre um novo estado de coisas, vinculado às relações econômicas substantivas. Isto é, a inovação econômica pode ser entendida como um processo institucionalizado de mudança, que introduz elementos de novidade econômica: nas necessidades que satisfaçam, nos bens e serviços que produzam, ou nos modos de produção, distribuição e de uso.

Para Polanyi (1980), diferentemente da concepção formal de economia, que assume o mercado abstrato como única forma de distribuição, a inovação econômica tem como base os sistemas econômicos concretos, processos históricos de interação entre as pessoas e seus ambientes na produção, distribuição e consumo de meios materiais para a satisfação de necessidades.

Ainda para o autor (1980), o processo de introduzir novidades em produtos, serviços, métodos de produção e modelos de negócio, visando



A Amazônia é uma região com economia estagnada devido à sua incapacidade interna de reverter as situações de abandono, pobreza e ausência de políticas governamentais e um modelo de desenvolvimento regional endógeno preservacionista."



gerar eficiência, competitividade e crescimento econômico, é conhecido por inovação econômica. Para tanto, tal fenômeno pode ocorrer a partir de grandes revoluções (inovações radicais) até pequenas melhorias incrementais. Entre os principais tipos de inovação econômica, destacamos: inovação radical, inovação incremental e inovação de produto, processo, organizacional e de marketing.

Portanto, a inovação econômica é o desenvolvimento e a aplicação de novas ideias, tecnologias, produtos, processos e modelos de negócios que melhoram os bens e serviços existentes ou os tornam mais eficientes. Trata-se de uma força motriz para o crescimento econômico e o aumento da produtividade, implementação e comercialização para criar valor (1980).

Ademais, faz-se imprescindível o apoio do sistema de conhecimento e inovação para a tomada de decisão territorial em áreas desmatadas, ampliação da inserção de bioativos amazônicos como insumos para produtos convencionais e bioprodutos da indústria da bioeconomia, com foco nos setores agroquímico, cosmético, alimentício e farmacêutico, impulso à bioeconomia, biotecnologia e valorização da biodiversidade, além da geração de emprego, renda e inclusão social (empreendedorismo regional).

Uma adequada articulação de políticas públicas também é importante para superar gargalos não tecnológicos que restringem o acesso e a adoção de tecnologias em sistemas de produção agropecuária e florestal sustentáveis no bioma amazônico.

Entre os fatores impulsionadores da inovação econômica, destacamos: capital humano e educação; empreendedorismo; pesquisa e desenvolvimento (P&D); ambiente de negócios e políticas governamentais; demanda de mercado e inovação.

Considerações finais

Acerca dos impactos e benefícios da inovação econômica na Amazônia, destacamos: aumento da produtividade, crescimento econômico, melhora na qualidade de vida, vantagem competitiva, emprego e renda. Apesar de promissor o cenário é de muitos desafios a serem superados.

Entre os desafios, destacamos: agregar valor aos produtos da biodiversidade, fazer a transição de sistemas agrícolas e florestais de baixa produtividade



A inovação constitui um ciclo contínuo em prol de melhorias e novidades, proporcionando oportunidades e desenvolvimento econômico e social."

e rentabilidade e alto impacto ambiental para sistemas sustentáveis, ampliar a recuperação de pastagens degradadas e áreas agrícolas, bem como expandir a rastreabilidade, produtividade e lucratividade de sistemas de manejo florestal sustentáveis.

Ademais, faz-se essencial aumentar a escala, a qualidade, a regularidade e a logística da produção de matérias-primas da biodiversidade amazônica para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços sustentáveis para as indústrias agroalimentar, agroquímica, cosmética, farmacêutica, cirúrgica, pneumática e de energia renovável.

Assim, para o desenvolvimento na região, é imprescindível a união entre o conhecimento científico e os saberes das comunidades tradicionais amazônicas (tecnologia social), com foco em projetos inovadores e sustentáveis, envolvendo a estruturação de cadeias produtivas, desenvolvimento de bioprodutos e bioativos, a partir da biodiversidade amazônica, agricultura e pecuária sustentáveis, manejo florestal, turismo de base

comunitária, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, geração de créditos de carbono e outros produtos e serviços ambientais.

Além das iniciativas bioeconômicas, ressaltamos o turismo sustentável, com agregação de valor a partir dos recursos naturais e respeito ao ecossistema e às comunidades tradicionais.

Destacamos também as startups de alimentos que investem na criação de produtos funcionais, veganos e sem aditivos, recorrendo a ingredientes amazônicos já conhecidos, tais como: castanha-do-brasil, cacau, açaí e frutas regionais, alcançando mercados regionais, nacionais e internacionais.

Evidenciamos ainda a ampliação do número de Parques de Bioeconomia e Inovação com o objetivo de centralizar e acelerar o desenvolvimento de novas tecnologias e negócios sustentáveis no bioma amazônico.

Ademais, a tecnologia e a inovação têm contribuído para o monitoramento ambiental por meio de satélites, drones e sensores remotos, utilizados para monitorar e mapear a floresta em tempo real, possibilitando o combate ao desmatamento e queimadas e a ampliação da rede de saneamento e tratamento de esgoto a partir de estações adaptadas às peculiaridades regionais, como estações de fluxo horizontal contínuo aplicadas em igarapés.

Além disso, enfatizamos o uso de ecobarreiras para conter e recolher resíduos sólidos flutuantes (lixo), em especial as garrafas PET dos



igarapés e rios. Tal iniciativa foi apresentada pela prefeitura de Manaus na COP30 e vem ganhando espaço em outros estados amazônicos.

Enfatizamos também ações de logística sustentável, que incluem operações de entrega de encomendas em comunidades ribeirinhas com o uso de barcos elétricos mais eficientes, silenciosos e não poluentes.

Para tanto, o sucesso da inovação econômica na região depende da superação de desafios logísticos, infraestruturais, conflitos sociais, regularização fundiária, desenvolvimento predatório histórico (que estimulou o desmatamento),

escassez de capital humano qualificado, fortalecimento de políticas públicas e uso estratégico da tecnologia para a conservação e uso de dados para a tomada de decisão.

Por fim, a inovação constitui um ciclo contínuo em prol de melhorias e novidades, proporcionando oportunidades e desenvolvimento econômico e social. No contexto amazônico, já como inovação econômica, gera prosperidade a partir do uso inteligente e da conservação dos recursos naturais, substituindo a exploração predatória, ao mesmo tempo em que mantém a floresta em pé.

Referências Bibliográficas

DRUCKER, P. Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios. 5. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

DUTRA, H. Teoria dos ciclos de inovação de Joseph Schumpeter in: Costa, Álvaro; Corrent, Nikolas. Desvendando a complexidade humana estudos interdisciplinares em ciências humanas. Cap. 8. Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2024.

NETO, L. A economia da inovação. Cofecon, 2022. Disponível em: <https://cofecon.org/a-economia-da-inovacao/>. Acesso em: 01 nov. 2025.

POLANYI, K. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAMELLA, F. Sociologia da Inovação Econômica. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

Schumpeter, Joseph Alois. A teoria do desenvolvimento econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988.

SILVA, M; AREND, S. Economia verde, cadeias produtivas e desenvolvimento regional na Amazônia. Anais do IV Simpósio Latino-americano de Estudos de Desenvolvimento Regional - IV SLAEDR e V SIDETEG. Ijuí-RS. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/issue/view/262>. Acesso em: 08 nov. 2025.

SILVA, M. A Amazônia do Futuro e o Futuro da Amazônia: A Economia Verde é a nossa Bala de Prata? Ponta Grossa-PR: Atena Editora, 2025.



Michele Lins Aracaty e Silva

Economista, pós-doutora em Desenvolvimento Regional, pesquisadora da UFAM, Dama Comendadora da CBC, diretora administrativa da SOBER, membro da ALACA e presidenta do Corecon-AM/RR.



A Economia real está acabando?

Inovação, financeirização e os desafios para o Brasil

POR JOSUÉ SILVA

Introdução

A economia real está desaparecendo diante de nossos olhos — e não estamos nos dando conta disso. Das sete empresas mais valiosas dos Estados Unidos, nenhuma está diretamente ligada à produção de bens tangíveis. Todas operam em setores de tecnologia, dados e entretenimento, onde o valor decorre da intangibilidade e da capacidade de capturar atenção e informação.

Essa transformação não é apenas um fenômeno tecnológico, mas sobretudo político e cultural. Ela revela os limites do modelo neoliberal, que promoveu a desregulamentação financeira, reduziu o papel do Estado e reforçou a lógica da valorização de curto prazo em detrimento do investimento produtivo e do desenvolvimento social.

Anteriormente à “revolução liberal”, a empresa precisava apresentar bons resultados anuais. Hoje, os balanços são divulgados trimestralmente, acompanhados com alta expectativa pelo mercado. O balanço semestral tem quase o mesmo peso de um anual, e muitas vezes a valorização rápida é movida não por fundamentos produtivos, mas pela pressão de investidores e pela necessidade de sinalizar competitividade.

Nesse cenário, a inovação econômica surge como o elo possível entre o capital financeiro e o produtivo. Ela pode restabelecer o vínculo entre tecnologia, produtividade e bem-estar, reconstruindo o papel da economia real em um mundo cada vez mais intangível.

A financeirização e a hegemonia neoliberal

Como Marx já observava no Século XIX, o circuito clássico do capital ($D - M - D'$) pressu-

punha a transformação produtiva de uma mercadoria, agregando valor por meio do trabalho. A financeirização contemporânea, entretanto, tende a encurtar esse processo, transformando-se em uma lógica de $D - D'$: dinheiro que busca gerar mais dinheiro sem passar pela produção. Essa dinâmica é a essência do capital fictício, e ajuda a explicar por que a valorização financeira pode se expandir mesmo em contextos de estagnação da economia real.

A partir dos anos 1990, as reformas neoliberais aprofundaram a abertura financeira, a liberalização comercial e a retração do Estado como planejador do desenvolvimento. Esse processo gerou ganhos especulativos no curto prazo, mas comprometeu a base produtiva e enfraqueceu a soberania econômica.

A mundialização do capital transferiu o eixo de poder das fábricas para os mercados financeiros. Harvey (2011) acrescenta que a financeirização não foi uma anomalia, mas a resposta do capital à crise de lucratividade da economia real. Em outras palavras: diante da queda das taxas de lucro industriais, os capitais buscaram refúgio na especulação.

O problema é que esse modelo concentrou riqueza em poucos grupos e ampliou as desigualdades sociais, aprofundando a precarização do trabalho e corroendo a capacidade dos Estados de promover desenvolvimento.

O alerta da crise de 2008

A crise do subprime foi o momento em que essa lógica se tornou insustentável. Hipotecas foram transformadas em derivativos complexos



A inovação econômica surge como o elo possível entre o capital financeiro e o produtivo."

e empacotadas em cadeias intermináveis, até perderem qualquer conexão com a economia real. A busca por rentabilidade levou bancos a reduzir critérios de risco e famílias endividadas a assumir hipotecas impagáveis.

Krugman (2009) lembra que a crise não foi acidente, mas produto inevitável da hegemonia neoliberal. Já Minsky (1982) havia previsto a instabilidade de um sistema em que a própria expansão do crédito gera as condições para seu colapso.

A resposta à crise revelou a assimetria do modelo: trilhões foram injetados para salvar bancos e mercados, enquanto trabalhadores perderam casas, empregos e direitos. Esse é o retrato de uma economia em que o capital financeiro prevalece sobre a vida real das pessoas.

A ascensão da economia intangível e o desafio da inovação

Paralelamente, consolidou-se a transição para uma economia baseada em ativos intangíveis: dados, algoritmos, propriedade intelectual e redes digitais. Empresas como Apple, Amazon, Microsoft e Alphabet concentram valor não por sua capacidade produtiva, mas pelo controle de informação e atenção.

Essa transição representa talvez a mais evidente materialização do circuito D–D' analisado por Marx. Se no capitalismo clássico a valorização do capital passava pela produção de mercadorias físicas (D–M–D'), hoje o movimento se encurta: ativos intangíveis — dados, algoritmos,

patentes e marcas — permitem que o dinheiro se multiplique sem a mediação produtiva tradicional.

As big techs são o caso mais emblemático dessa lógica. O valor de mercado da Apple, do Google ou da Meta supera em múltiplas vezes seus ativos tangíveis, pois está ancorado na expectativa de crescimento futuro e na capacidade de controle monopolista de plataformas digitais. Uma vez criado, um software ou algoritmo pode ser replicado a custo marginal quase nulo, garantindo uma rentabilidade descolada da economia real.

O contraste entre o Dow Jones e o Nasdaq exemplifica esse fenômeno. Enquanto o primeiro, com suas 30 empresas ligadas a setores industriais e de consumo, soma cerca de US\$ 12 trilhões em valor de mercado, o Nasdaq — dominado por empresas de tecnologia e ativos intangíveis — já ultrapassa os US\$ 25 trilhões. Em outras palavras: o índice do intangível vale pouco mais que o dobro do índice da economia real.

Arrighi (1996) já havia descrito que, nos ciclos de acumulação capitalista, há sempre uma fase de financeirização que antecede o declínio. Hoje, vivemos uma etapa em que a "economia real" se torna subordinada à lógica dos intangíveis e do capital fictício.

Mas é precisamente neste ponto que a inovação ganha centralidade: a capacidade de transformar conhecimento e tecnologia em produtividade e competitividade será o diferencial entre economias que apenas consomem tecnologia e aquelas que a produzem.

Impactos sociais, ambientais e tecnológicos

A hegemonia neoliberal aprofundou desigualdades sociais e regionais. O crescimento da economia intangível gerou empregos altamente qualificados em centros urbanos desenvolvidos, mas precarizou milhões de trabalhadores da economia tradicional. Harvey (2011) destaca que a financeirização criou uma “acumulação por despossessão”: o capital se valoriza expropriando direitos, terras e recursos públicos.

Além disso, o modelo neoliberal não incorporou a dimensão ambiental. A financeirização acelerou o extrativismo, incentivou a exploração predatória de recursos naturais e agravou a crise climática.

A inovação, contudo, pode redefinir essa trajetória. A inovação verde e tecnológica oferece a possibilidade de alinhar produtividade e sustentabilidade, transformando a transição ecológica em vetor de crescimento.

O futuro do desenvolvimento não pode ignorar que a sustentabilidade ambiental é, hoje, a base da competitividade econômica.

O caso brasileiro: desindustrialização e inovação como caminho

O Brasil vive um caso emblemático de vulnerabilidade diante dessa nova economia. Desde os anos 1990, adotamos políticas neoliberais que abriram mercados e fragilizaram a indústria nacional.

Segundo o FMI (2023), a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro recuou para menos de 12%, nível comparável ao de países de baixa renda. Cano (2012) alerta que o país experimenta uma desindustrialização precoce, isto é, perdeu densidade produtiva antes de consolidar um ciclo completo de industrialização.

Enquanto isso, permanecemos dependentes da exportação de commodities agrícolas e minerais, o que nos torna reféns das oscilações internacionais e nos distancia da fronteira tecnológica.

Para reverter esse quadro, a inovação precisa ser tratada como política de Estado, e não como variável de mercado. Reindustrializar o Brasil significa inovar em processos, produtos e modelos institucionais, conectando universidades, centros de pesquisa e empresas.

“o modelo neoliberal não incorporou a dimensão ambiental. A financeirização acelerou o extrativismo, incentivou a exploração predatória de recursos naturais e agravou a crise climática.”





Exemplos internacionais mostram que não há desenvolvimento sem inovação apoiada pelo Estado."

O papel do Estado e os caminhos possíveis

Se a financeirização e a lógica neoliberal aprofundaram desigualdades e fragilizaram a economia real, a saída passa necessariamente pela reconstrução do papel do Estado. Não se trata de voltar a modelos ultrapassados, mas de repensar o desenvolvimento em bases sustentáveis, inclusivas e soberanas.

Eixos fundamentais:

1. Educação pública e qualificação tecnológica: investir em ciência, pesquisa e universidades públicas, preparando trabalhadores para os setores digitais e industriais avançados.
2. Política industrial inovadora: estimular inovação, reindustrialização verde e integração em cadeias globais de valor em setores estratégicos.
3. Sustentabilidade socioambiental: aproveitar a matriz energética limpa e a biodiversidade brasileiras para liderar a transição ecológica. A COP30 foi uma oportunidade ímpar para o Brasil mostrar que possui capital humano e tecnológico capaz de responder às novas demandas econômicas e ambientais do Século XXI.

4. Redução das desigualdades: fortalecer políticas redistributivas, programas sociais e instrumentos de proteção ao trabalho.

Exemplos internacionais mostram que não há desenvolvimento sem inovação apoiada pelo Estado. A Coreia do Sul, a China e até mesmo os EUA, com seus programas de subsídios e proteção tecnológica, demonstram que o planejamento estatal é decisivo.

Conclusão

A economia real pode não estar “acabando”, mas está sendo subordinada a uma lógica de financeirização e intangibilização que concentra riqueza e aprofunda desigualdades. Essa transformação, contudo, não é inevitável: é produto de escolhas políticas moldadas pelo neoliberalismo.

O Brasil precisa seguir sua própria cartilha de desenvolvimento — baseada em inovação, reindustrialização verde e políticas sociais robustas.

Somente assim poderemos transformar o potencial dos intangíveis em produtividade, competitividade e soberania, reconstruindo o elo entre finanças, produção e bem-estar.



Josué Silva

Economista formado pela PUC-SP e membro do Fórum de Tecnologia e Inteligência Artificial do Corecon-SP. Desenvolve análises sobre macroeconomia, inovação e transformações estruturais no Brasil.

Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



Assine agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Inovação como estratégia para um projeto de país

POR TANIA CRISTINA TEIXEIRA

A inovação desempenha um papel central nas teorias contemporâneas do desenvolvimento econômico. Desde Schumpeter (1942), que situou o empreendedor inovador como agente de “destruição criativa”, passando pelos modelos de crescimento endógeno (ROMER, 1990; AGHION; HOWITT, 1992), consolidou-se o entendimento de que o conhecimento e o avanço tecnológico constituem fatores decisivos para o dinamismo econômico. É notoriamente reconhecido que educação, ciência e tecnologia são as bases, os

fundamentos, os meios e os instrumentos que alimentam, condicionam e determinam os processos inovativos (DINIZ, 2021).

No Brasil, a discussão sobre inovação ocorre em um cenário de heterogeneidade estrutural e de persistentes desigualdades regionais e sociais. Apesar de possuir uma das bases científicas mais robustas do Sul Global, o país enfrenta limitações. Rapini (2013) mostra que o financiamento à inovação no Brasil é um gargalo, tendo em vista que os programas públi-



cos se concentram no financiamento às etapas de menor risco e a maioria dos gastos em P&D (pesquisa e desenvolvimento) é financiada com recursos próprios.

1. Inovação como determinante do crescimento econômico

A relação entre inovação e crescimento econômico foi evidenciada por vários economistas ao longo do Século XX, mas ganhou maior destaque a partir das teorias do crescimento endógeno, que trouxeram uma nova forma de interpretar a relação entre tecnologia e desenvolvimento. A ideia central é que o crescimento sustentável não depende apenas da acumulação de capital físico, mas da capacidade de gerar conhecimento e transformá-lo em valor.

Romero e Silveira (2019) argumentam que a produtividade do trabalho cresce em função de dois fatores: i) da transferência de trabalhadores para setores mais produtivos; e/ou ii) da adoção de técnicas produtivas mais avançadas: incorporação de capital ou inovações de produto ou processo. Aghion e Howitt (1992) – ganhadores do

Prêmio Nobel de Economia de 2025 – destacam a dinâmica de inovação como força que eleva a produtividade total dos fatores, promovendo avanços contínuos.

Países com maior intensidade tecnológica tendem a apresentar taxas de crescimento mais sustentáveis (OCDE, 2023). Esse fenômeno ocorre porque a inovação amplia a fronteira de possibilidades produtivas e aumenta a complexidade econômica, diversificando e criando setores de maior valor agregado. Alencar, Freitas, Romero e Britto (2018) argumentam que o advento do desenvolvimento só é possível devido ao comportamento inovador dos indivíduos – o que, por sua vez, gera progresso técnico.

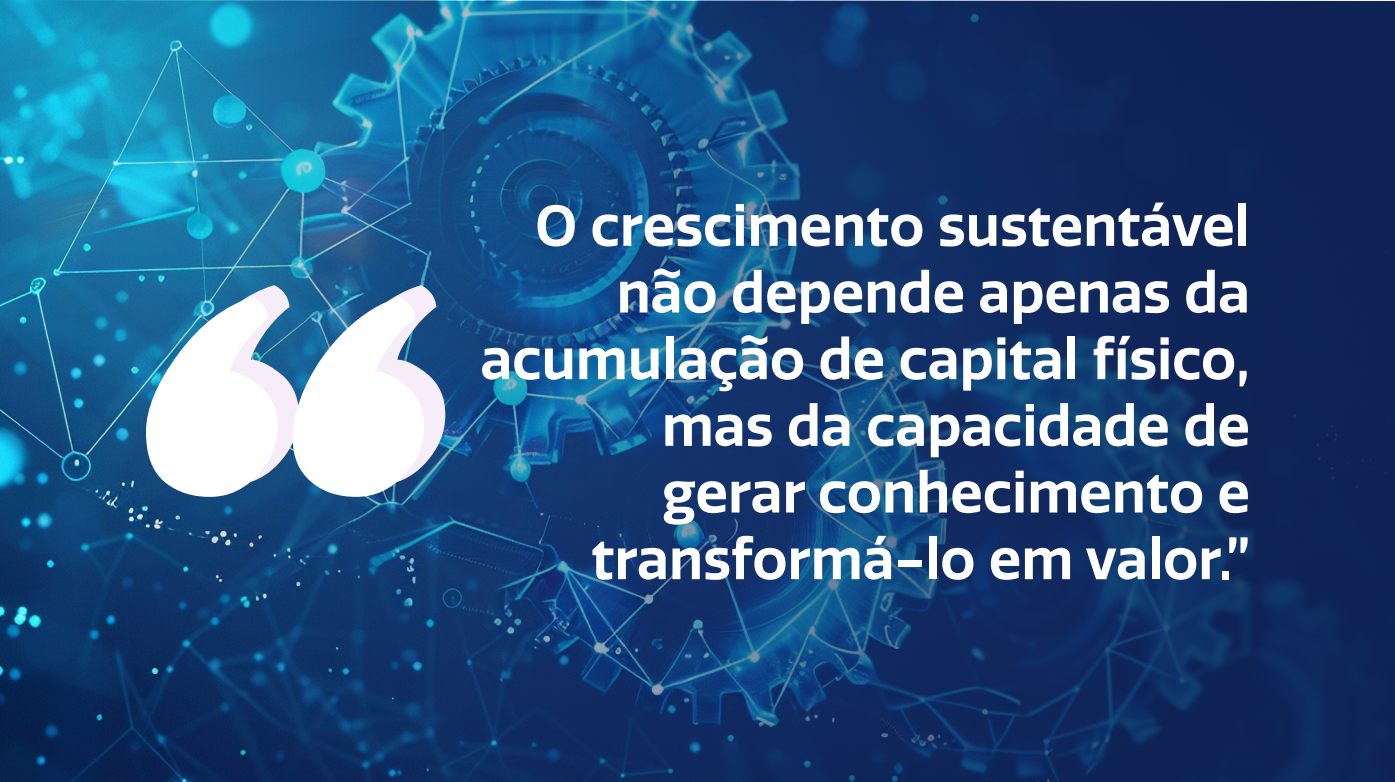
No Brasil, ainda caminhamos menos do que deveríamos nessa direção. Nosso investimento em P&D está abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a estrutura produtiva continua fortemente concentrada em atividades intensivas em recursos naturais. Isso não significa que não haja avanços – ao contrário, existem ilhas de excelência científica, polos tecnológicos, ecossistemas de startups e setores industriais com grande capacidade de inovação. Mas faltam escala e articulação para que essas estratégias irradiem pelo conjunto da economia – uma falha de mercado conhecida como falha de coordenação.

Ainda conforme Alencar, Freitas, Romero e Britto (2018), as falhas de coordenação ocorrem devido ao fato de que os mercados da periferia são incompletos, o que implica que o retorno de um investimento depende de que outro investimento seja realizado. Para que uma nova indústria se estabeleça em determinada economia, é preciso que haja capital humano específico, infraestrutura, regulamentações, entre outros fatores. Numa economia periférica, novos bens não podem ser produzidos porque estas capacidades não existem. Adicionalmente, não há sentido na acumulação de certas capacidades se não houver demanda para elas.

2. Produtividade e difusão tecnológica

Em última instância, ela é o que permite produzir mais com os mesmos recursos - e isso



A graphic illustration on a dark blue background. It features several interlocking gears of different sizes, some with glowing blue highlights. Overlaid on the gears is a network of white lines connecting various nodes, some of which are also glowing blue. The overall aesthetic is technological and futuristic.

**O crescimento sustentável
não depende apenas da
acumulação de capital físico,
mas da capacidade de
gerar conhecimento e
transformá-lo em valor.”**

se traduz em aumento de renda, salários mais altos, competitividade internacional e capacidade de investimento. Países estagnados em produtividade tendem a se afastar das fronteiras tecnológicas e ver crescer seus desequilíbrios sociais.

A produtividade tem sido um dos principais desafios brasileiros. Uma série de fatores interferem nesta realidade: baixa difusão tecnológica, barreiras regulatórias, fragmentação produtiva, infraestrutura insuficiente, custos logísticos elevados e desigualdade educacional, entre outros. Celso Furtado (1961) já assinalava que, no Brasil e em outros países periféricos, setores integrados ao capitalismo internacional conviviam com um vasto setor de baixa produtividade, tecnologicamente atrasado. Esta heterogeneidade estrutural impede que o dinamismo do setor moderno se difunda para o conjunto da economia.

O trabalho de Rapini (2013) mostra que as empresas industriais brasileiras inovadoras correspondem a pouco mais de um terço das empresas industriais, sendo a maioria de pequeno porte. Além disso, os esforços de inovação se caracterizam como de atualização e modernização, que envolvem baixa incerteza – o que, em grande parte, se explica pela disponibilidade limitada de recursos. Nas atividades de P&D das empresas brasileiras, Albuquerque (1996) identifica um padrão bastante inferior ao prevalente

em economias com um sistema nacional de inovação maduro.

De acordo com De Negri e Cavalcante (2014), a estagnação da produtividade no país decorre não apenas de limitados investimentos em P&D, mas também de falhas na difusão tecnológica entre empresas. Na mesma linha, Rapini (2013) mostra que a baixa densidade tecnológica de grande parte do parque produtivo nacional está associada à insuficiente difusão de inovações entre empresas de médio e pequeno porte. O financiamento é um obstáculo relevante para a inovação no Brasil, mas as barreiras inerentes ao ambiente econômico e institucional também são importantes.

A difusão tecnológica encontra barreiras estruturais, tais como custos elevados, baixa qualificação da força de trabalho, carência de infraestrutura e limitada coordenação institucional. Diniz, Crocco, Santos e Cavalcante (2009) destacam que a inovação só floresce quando existem ecossistemas enraizados territorialmente, capazes de articular empresas, universidades, governos locais e instrumentos de crédito adequados, com presença de capital humano; interações entre firmas, escolas e universidades; redes formais e informais entre vendedores e compradores; excedentes inovativos; entre outras características. A proximidade torna-se

chave, não só pelos aspectos geográficos, mas, sobretudo, pelos institucionais.

No Brasil, cuja estrutura exportadora permanece concentrada em commodities, a agenda de inovação é essencial para ampliar o conteúdo tecnológico das exportações e ascender nas cadeias produtivas globais. Diniz, Santos e Crocco (2006) destacam que a ausência de coordenação entre políticas industriais, tecnológicas e regionais tende a limitar o alcance dos processos inovativos e a reproduzir padrões de especialização pouco dinâmicos. Assim, o Brasil tem o desafio de transformar o conhecimento em vetor de dinamização econômica e redução das assimetrias regionais, reconhecendo o papel estratégico do Estado na indução e coordenação destes processos.

3. Políticas públicas, diversidade e inovação

A literatura sobre sistemas nacionais de inovação destaca a importância da ação coordenada entre Estado, empresas, universidades e instituições financeiras (LUNDVALL, 1992; FREEMAN, 1987). Países que obtiveram sucesso na

construção de trajetórias inovadoras combinaram políticas industriais e científicas com instrumentos de financiamento de longo prazo.

No contexto brasileiro, a análise do processo inovativo foi aprofundada pela contribuição de Albuquerque (1996), que estudou os sistemas de inovação em países em desenvolvimento. O autor evidencia como a estrutura produtiva e a trajetória histórica condicionam a capacidade de gerar conhecimento e destaca que a inovação depende de articulações institucionais complexas (entre sistema financeiro, base científica, empresas e políticas públicas) e que países periféricos enfrentem, simultaneamente, o desafio de construir capacidades tecnológicas e superar limitações estruturais. Essa leitura reforça que o avanço brasileiro em inovação exige um esforço coordenado de longo prazo, que combine investimento, regulação, financiamento e fortalecimento institucional.

A inovação não prospera em ambientes instáveis: além da continuidade institucional, ela requer planejamento estatal e estímulos econômicos adequados (por exemplo, políticas econômicas de compras públicas que priori-





O avanço brasileiro em inovação exige um esforço coordenado de longo prazo, que combine investimento, regulação, financiamento e fortalecimento institucional."

zem soluções inovadoras e sustentáveis, aproximando Estado e mercado na construção de tecnologias de interesse coletivo). Em novembro deste ano participei do XIV Fórum Acadêmico de Alto Nível China-América Latina, promovido pela Academia Chinesa de Ciências Sociais, e defendi, na mesa de encerramento do evento, que a inovação floresce onde há intercâmbio de ideias e disposição para aprender um com o outro e aponte que temos muito a oferecer mutuamente em campos como tecnologias verdes e políticas industriais.

A pluralidade de perspectivas (sejam elas de gênero, raça, origem geográfica ou formação profissional) amplia a capacidade de resolver problemas complexos e gera produtos mais aderentes às necessidades sociais. Por isso, ao defender a inovação econômica, defendemos também a democratização dos espaços de produção de conhecimento: a presença de mulheres, pessoas negras, povos indígenas e grupos historicamente sub-representados é fundamental para que, além de contribuir para a competitividade, a inovação também construa justiça social. Essa é uma dimensão frequentemente negligenciada, mas central para qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável.

4. Considerações finais

A inovação econômica, entendida em seu sentido amplo, constitui uma das mais importantes alavancas para o desenvolvimento brasileiro. O desafio que se impõe ao Brasil é transformar a inovação em política de Estado, articulando ciência, tecnologia, educação, financiamento e inclusão social. Isso exige visão estratégica e coordenação institucional.

Após anos de instabilidade econômica, nosso país retomou uma agenda de reindustrialização e transição ecológica, e a inovação deve ocupar o centro dessa agenda. Nesse sentido, ela não é apenas uma ferramenta técnica ou um fim em si mesmo, mas um projeto de país que, finalmente, consiga unir seu potencial e sua vocação de liderança. Para alcançar este objetivo, são fundamentais o investimento, a cooperação, a diversidade e o compromisso com o longo prazo.

O Sistema Cofecon/Corecons se dispõe a contribuir ativamente com esse debate, defendendo um modelo de desenvolvimento que construa um ambiente propício à inovação e respeite os limites da sustentabilidade, com inclusão e visão de longo prazo.

Referências Bibliográficas

- AGHION, P.; HOWITT, P. A Model of Growth through Creative Destruction. *Econometrica*, 1992.
- ALBUQUERQUE, E.M. Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis. *Revista de Economia Política*, vol. 16, nº 3 (63), pp. 387-404, julho-setembro/1996.
- ALENCAR, J. F. L.; FREITAS, E.; ROMERO, J. P.; BRITTO, G. Complexidade Econômica e Desenvolvimento: Uma análise do caso latino-americano. *Novos Estudos. CEBRAP*, v. 37, p. 247-271, 2018.
- DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. (orgs.). *Produtividade no Brasil*. Brasília: Ipea, 2014.
- DINIZ, Clélio Campolina. Apresentação da 1ª edição. In: Márcia Siqueira Rapini; Janaina Ruffoni; Leandro Alves Silva; Eduardo da Motta e Albuquerque. (Org.). *Economia da ciência, tecnologia e inovação : fundamentos teóricos e a economia global*. 2 ed. Belo Horizonte: FACE - UFMG, 2021, v. 1, p. 20-21.
- DINIZ, C.C.; CROCCO, M. A.; SANTOS, F.; CAVALCANTE, A. Articulação institucional e territorial da regionalização da política industrial. In: Comin, Alexandre. *Desafios da política industrial no Brasil no Século XXI*. Brasília: IEL, 2009.
- DINIZ, C. C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. A. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 87-122.
- FREEMAN, C. *Technology Policy and Economic Performance: Lessons from Japan*. London: Pinter, 1987.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- HAUSMANN, R.; HIDALGO, C. *The Atlas of Economic Complexity*. MIT Press, 2014.
- LUNDVALL, B.-Å. (ed.). *National Systems of Innovation*. London: Pinter, 1992.
- OCDE. *Science, Technology and Innovation Outlook*. Paris: OECD, 2023.
- ROMERO, João P. e SILVEIRA, Fabricio. Mudança estrutural e complexidade econômica: identificando setores promissores para o desenvolvimento dos estados brasileiros. In: Leite, Marcos V.C. *Alternativas Para o Desenvolvimento Brasileiro: Novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade*. CEPAL, 2019.
- RAPINI, Márcia Siqueira. *Padrão de Financiamento aos Investimentos em Inovação no Brasil*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2013. (Texto para Discussão nº 497)
- ROMER, P. Endogenous Technological Change. *Journal of Political Economy*, 1990.
- SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper, 1942.



Tania Cristina Teixeira

Graduada em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e especialista em Políticas Econômicas (PUC Minas), mestre em Ciência Política (DCP/UFMG), com mestrado Master-DEA e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de Valência, Espanha. Professora do Departamento de Economia da PUC Minas, atua como coordenadora de Extensão Universitária e de Monografia. Foi presidenta do Corecon-MG em 2020, 2021 e 2022. É conselheira do Cofecon desde 2024 e presidenta no exercício de 2025.

Vitória dos economistas

Atuação decisiva de deputados economistas garante a aprovação do PL 3.178/2024 na Comissão de Trabalho da Câmara e fortalece a modernização da profissão

POR COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Já se aproximava das 13 horas do dia 3 de dezembro de 2025 quando o deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), primeiro vice-presidente da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, anunciou o item 9 da pauta – o Projeto de Lei 3.178/2024, que altera a legislação referente à profissão de economista no Brasil. Uma delegação de economistas do Cofecon e do Corecon-DF, liderada pelos membros do Grupo de Trabalho Atualização da Legislação Profissional do Economista Paulo Dantas da Costa (coordenador) e Valquíria Aparecida Assis, acompanhava com muita expectativa a sessão, que acontecia no Plenário 12.

Ao ser chamado para apresentar seu relatório, o deputado André Figueiredo (PDT/CE) frisou que este trabalho era fruto de um amplo processo de discussão, não apenas com economistas, mas com outras categorias. “Construímos um novo e ponderado substitutivo que entendemos ser o mais adequado para tratar das atividades privativas do economista”, pontuou. “Antes de expor o voto, quero ressaltar o importante trabalho de todos os que fazem o Conselho Federal de Economia e do seu corpo técnico, que muito nos auxiliou. Tam-

bém agradeço a todos os parlamentares por chegarmos a uma votação consensual para que seja efetivamente valorizada a profissão de economista, na qual eu me incluo com muito orgulho, graduado que sou pela Universidade Federal do Ceará em 1987”.

Figueiredo foi bastante objetivo ao ler o seu parecer e o projeto foi colocado em votação de forma simbólica, tendo sido aprovado por unanimidade. Estava configurada ali a primeira vitória na mais recente tentativa de atualizar a legislação profissional dos economistas.

A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, enviou uma mensagem aos economistas, na qual manifestou que esta tem sido uma prioridade da atual gestão do Cofecon. “A aprovação de forma unânime na Comissão de Trabalho reconhece o papel estratégico que nossa profissão tem para o desenvolvimento do país e vem coroar um processo de diálogo técnico e político, construído junto a outros Conselhos e também aos parlamentares. Este é o caminho que seguiremos até garantir que ele venha a ser transformado em lei”, expressou Tania. “Agradecemos a todos os economistas que se mobilizaram em prol da construção



e da aprovação deste projeto; aos integrantes do Grupo de Trabalho Atualização da Legislação Profissional do Economista; aos deputados Reginaldo Lopes e Mauro Benevides, autores do projeto; ao deputado André Figueiredo, relator na Comissão de Trabalho; ao deputado Luiz Carlos Hauly, responsável pela continuidade do projeto na Comissão de Finanças e Tributação; e aos demais parlamentares que contribuíram com a aprovação do texto”.

Nos dias anteriores, economistas do Sistema Cofecon/Corecons haviam visitado vários gabinetes. O deputado Leonardo Monteiro falou a respeito: “Ontem recebi vários economistas, homens e mulheres, buscando que colocássemos o projeto na ordem do dia”, comentou o primeiro vice-presidente da Comissão de Trabalho. Antes do início da sessão, o presidente da Comissão, deputado Leo Prates (PDT/BA), também manifestou seu apoio à matéria. “Nós estamos atentos a este projeto, o deputado André Figueiredo conversou comigo. Estamos juntos por essa atualização e pela melhoria na vida dos trabalhos dos economistas”, expressou o parlamentar.

Além das visitas a parlamentares, a mobilização contou com o apoio de um integrante da Comissão de Trabalho: o deputado Luiz Gastão (PSD/CE). “O Projeto de Lei 3.178/2024 propõe atualizar e fortalecer a profissão de economista. Entre as principais novidades: definição clara de quem pode ser chamado de economista; lista detalhada de atividades privativas (consultoria, perícias, avaliação de empresas, planejamento econômico, estudos de impacto etc.); regras de registro e fiscalização mais fortes pelos Corecons e Cofecon; uso do CPF como identificador oficial da profissão; e possibilidade de cassação de registro por violação ética”, enviou Gastão a outros deputados. “Estamos juntos na luta pela aprovação dessa proposta!”, finalizou.

Não demoraram a chegar as mensagens de parlamentares comemorando a aprovação. Figueiredo mencionou que “esta conquista, para os economistas, é o reconhecimento da importância de uma categoria que, ao longo de décadas, vem sendo imprescindível para que possamos ter instrumentos, tanto macroeconômicos quanto microeconômicos, de auxílio à população brasileira para que possamos superar

graves crises, como foi na época da inflação de mais de dois dígitos ao mês”. Luiz Carlos Hauly (PODE/PR), por sua vez, informou que solicitaria a relatoria na Comissão de Finanças e Tributação. “O Brasil demanda diagnósticos sólidos, planejamento moderno, políticas bem desenhadas e líderes técnicos capazes de interpretar a economia real. Nenhuma profissão está tão no centro deste desafio quanto a dos economistas. Conto com o apoio e mobilização de todo o Brasil para consolidarmos esta vitória histórica”.

Reginaldo Lopes (PT/MG), um dos autores do projeto, também se manifestou. “Demos um passo histórico. A Comissão de Trabalho da Câmara aprovou o PL 3.178/2024, que atualiza, depois de mais de 70 anos, a lei que regulamenta a profissão de economista no Brasil. Na prática, essa atualização reconhece o papel central do economista no desenvolvimento do país. É mais segurança jurídica, mais respeito e mais visibilidade para o trabalho que sustenta políticas públicas, decisões de investimento e estratégias de crescimento com justiça social”, escreveu o deputado. Leonardo Monteiro, por sua vez, mencionou que “a mobilização e a visita aos gabinetes fazem toda a diferença nos trâmites dos projetos de lei” e que “a atualização da Lei 1.411/1951 representa uma conquista estrutural para os economistas, porque reconhece formalmente o campo profissional que a categoria consolidou ao longo de mais de 70 anos”.

O projeto foi encaminhado no dia 4 de dezembro à Comissão de Finanças e Tributação, onde tem como relator o deputado federal Luiz Carlos Hauly. O passo seguinte é a Comissão de Constituição e Justiça. Uma vez aprovado, o projeto deverá ir ao Senado.

Importância da delimitação

Mas por que é tão importante a delimitação dos campos de atuação profissional do economista? Paulo Dantas da Costa, coordenador do Grupo de Trabalho Atualização da Legislação Profissional do Economista, conta uma história ilustrativa a respeito e menciona que, sem a especificação em lei do campo de atuação, outros profissionais elaboram projetos que seriam próprios dos economistas. “Quando fui presidente



A aprovação de forma unânime na Comissão de Trabalho reconhece o papel estratégico que nossa profissão tem para o desenvolvimento do País e vem coroar um processo de diálogo técnico e político, construído junto a outros conselhos e também aos parlamentares. Este é o caminho que seguiremos até garantir que ele venha a ser transformado em lei."

Tania Cristina Teixeira
Presidenta do Cofecon

do Corecon-BA este detalhe me chamou a atenção e fui conversar com o superintendente do Banco do Nordeste do Brasil sobre a invasão de competências. Expliquei que outros profissionais estavam fazendo projetos de viabilidade econômica e apresentei todas as justificativas", conta Dantas. "Ele foi claro e me disse: 'eu também sou economista, mas não posso lhe atender porque não tenho uma lei que me assista'. A fala daquele homem me marcou profundamente".

Em abril daquele ano, Valquíria Assis (também integrante do Grupo de Trabalho) teve uma reunião com o deputado Reginaldo Lopes, na qual falou sobre a necessidade dos economistas de uma legislação adequada ao mercado de trabalho contemporâneo. Lopes manifestou apoio e, no mesmo mês, recebeu em seu gabinete uma visita de Dantas e Valquíria. "Quando deputadas e deputados enxergam mulheres liderando, negociando e explicando o conteúdo técnico do projeto, isso quebra estereótipos e reforça a ideia de que a economia é uma profissão plural, conectada com a realidade do país", comenta a economista.

Na época, o deputado tinha uma atuação de destaque na coordenação do grupo de trabalho responsável por analisar o Projeto de Lei Complementar que regulamentava a reforma tributária. Em junho daquele ano, participou de um debate sobre o assunto na sede do Cofecon. No dia 13 de agosto, em Belo Horizonte, recebeu do Corecon-MG o prêmio Personalidade Econômica do Ano, em reconhecimento à sua atuação como relator da reforma tributária. No dia seguinte, o Projeto de Lei 3.178/2024 foi apresentado na Câmara, assinado por ele e pelo deputado Mauro Benevides.

O trâmite definido na Câmara passa pelas comissões de Trabalho, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça. Na primeira, o relator designado foi o deputado André Figueiredo. Ainda no ano passado, o projeto entrou na pauta da comissão. A deputada Flávia Moraes (PDT/GO), por sua vez, havia apresentado o relatório do PL 2.468/2021, originalmente relacionado à inviolabilidade dos escritórios dos contadores, para alterar atividades privativas da profissão. Os dois projetos foram retirados de pauta e ambos

os relatores convidaram os economistas e contadores para chegar a uma posição de consenso. “A construção do substitutivo foi guiada pelo espírito de colaboração e pelo princípio da segurança jurídica para todos os profissionais envolvidos”, expressou o deputado André Figueiredo.

No substitutivo apresentado pelo relator, as principais alterações em relação ao projeto original apresentado por Reginaldo Lopes e Mauro Benevides são a exclusão da lista de atividades facultadas ao economista, optando por diretrizes gerais para evitar a invasão de campos alheios; a supressão do conceito de atividades típicas de Estado em razão de controvérsias jurídicas; a definição da Anotação de Responsabilidade Técnica como facultativa; a remoção da exigência de adimplência para o exercício profissional; e a adoção do Cadastro de Pessoa Física (CPF) como identificador, mas mantendo a numeração tradicional. Em artigo publicado na página do Cofecon na internet, o Grupo de Trabalho Atualização da Legislação Profissional do Economista avalia que “o parecer equilibra proteção à profissão com viabilidade política”.

No tocante à supressão do conceito de atividades típicas de Estado, Figueiredo argumenta que havia o risco de confundi-las com o conjunto de atividades privativas da profissão. “Atividades

típicas de Estado, no sentido estrito, dizem respeito ao exercício do poder de polícia, fiscalização e regulação com força coercitiva. Já as atividades privativas do economista são de natureza técnica e analítica, fundamentais para formulação de políticas públicas, mas não configuram monopólio estatal”, argumentou o parlamentar. “Para evitar ambiguidades interpretativas e possíveis questionamentos constitucionais, optamos por suprimir essa referência. O texto final mantém a essência da modernização, assegurando a atuação do economista em áreas essenciais, sem criar insegurança jurídica quanto à natureza das atribuições”.

Os próximos passos serão dados na Comissão de Finanças e Tributação. “Estou conversando com o deputado Luiz Carlos Hauly e ele está trabalhando de forma coordenada com outros parlamentares para que haja avanço na tramitação do projeto”, expressou o conselheiro federal Paulo Polli. “Vamos entrar em 2026 com a perspectiva da regulação de toda a nossa atuação. Isso se deve a um esforço, durante muitos anos, de diversas lideranças da categoria dos economistas, bem como do envolvimento de lideranças políticas”, completa o economista Lauro Chaves Neto, integrante do GT Atualização da Legislação Profissional do Economista.



Entrevista: André Figueiredo, Relator do PL 3.178/2024 na Comissão de Trabalho

Como se deu o processo de diálogo com outros Conselhos profissionais?

Desde o início, em reuniões na liderança da Maioria, buscamos um diálogo franco e cooperativo. O objetivo sempre foi atualizar uma legislação defasada para refletir a complexidade do mundo contemporâneo. Conversamos com diversos Conselhos cujas atividades tangenciam temas econômicos, ouvimos preocupações legítimas e trabalhamos para construir um texto equilibrado. Em muitos casos, encontramos convergências importantes, sobretudo no entendimento de que delimitar responsabilidades evita sobreposições e conflitos. A construção do substitutivo foi guiada pelo espírito de colaboração e pelo princípio da segurança jurídica para todos os profissionais envolvidos.



O senhor mencionou que o Brasil passa por mudanças tecnológicas e produtivas que exigem profissionais cada vez mais qualificados. De que forma o PL moderniza a atuação do economista frente a temas contemporâneos?

A economia digital, a inteligência artificial, os novos modelos de negócio baseados em dados e a transição ecológica ampliaram profundamente o campo de atuação do economista. O PL reconhece expressamente essas novas dimensões: economia comportamental, regulação de mercados digitais, modelagem estatística avançada, análise de riscos, mensuração de impactos socioambientais e estudos sobre competitividade em cadeias globais de valor. Ao incorporar essas áreas emergentes, o PL não apenas moderniza a profissão, mas estimula a formação continuada, garantindo que o Brasil tenha especialistas preparados para enfrentar desafios como produtividade, inovação, desigualdade e sustentabilidade.



Desde o início, em reuniões na liderança da Maioria, buscamos um diálogo franco e cooperativo. O objetivo sempre foi atualizar uma legislação defasada para refletir a complexidade do mundo contemporâneo."

André Figueiredo
Deputado Federal

O substitutivo aprovado suprimiu a referência às atividades típicas de Estado. Quais são as controvérsias existentes neste sentido?

A principal controvérsia reside no risco de confundir o conceito jurídico de "atividades típicas de Estado" com o conjunto de atividades técnicas privativas da profissão. Atividades típicas de Estado, no sentido estrito, dizem respeito ao exercício do poder de polícia, fiscalização e regulação com força coercitiva. Já as atividades privativas do economista são de natureza técnica e analítica, fundamentais para formulação de políticas públicas, mas não configuram monopólio estatal. Para evitar ambiguidades interpretativas e possíveis questionamentos constitucionais, optamos por suprimir essa referência. O texto final mantém a essência da modernização, assegurando a atuação do economista em áreas essenciais, sem criar insegurança jurídica quanto à natureza das atribuições.

Durante a votação, o senhor mencionou que tem orgulho de ser economista formado pela UFC. Como sua formação influenciou sua visão sobre política econômica e atuação no Parlamento?

A UFC me deu uma formação sólida, multidisciplinar e profundamente conectada com os desafios regionais e nacionais. Sempre entendi a economia não apenas como ciência técnica, mas como instrumento de justiça social e desenvolvimento. Essa visão molda minha atuação legislativa. Busco defender políticas que ampliem oportunidades, reduzam desigualdades e promovam inovação. Ser economista me permite analisar propostas com rigor, avaliar impactos e compreender a importância de políticas públicas baseadas em evidências, o que julgo fundamental no Parlamento.

Entrevista: Reginaldo Lopes, coautor do PL 3.178/2024

Quais foram os principais problemas identificados na legislação atual que demandavam atualização imediata?

A lei que regulamenta a profissão de economista é de 1951. O Brasil, a economia e o próprio mundo do trabalho mudaram completamente, mas o marco legal ficou parado no tempo. Na prática, tínhamos uma lei muito genérica, completada por um decreto, sem definir com clareza quais são as atividades típicas da profissão, o que abria espaço para conflitos com outras áreas e, sobretudo, para insegurança jurídica na atuação dos economistas. Outro problema é que a legislação antiga não dialoga com a realidade atual: orçamentos públicos sofisticados, avaliação econômico-financeira de empresas, parcerias público-privadas, análise de impacto socioeconômico de grandes projetos, economia digital, transição ecológica. Tudo isso já faz parte do cotidiano dos economistas, mas não estava claramente reconhecido em lei.



O PL organiza um conjunto claro de atividades privativas para os economistas. Por que essa delimitação é necessária e como ela contribui para proteger a sociedade?

Quando falamos de decisões sobre orçamento público, avaliação de empresas, estudos de impacto econômico ou de sustentabilidade financeira de políticas públicas, estamos tratando de escolhas que mexem com bilhões de reais e com a vida de milhões de pessoas. Não é razoável que esse tipo de tarefa fique em uma zona cinzenta, sem clareza sobre quem responde tecnicamente por elas.

O PL define um núcleo de atividades privativas do economista em temas de alta complexidade, mas ao mesmo tempo respeita as atribuições já previstas em lei para outras profissões. Essa delimita-



Quando reconhecemos e fortalecemos a atuação dos economistas, estamos fortalecendo a capacidade do Brasil de fazer boa política econômica, de orientar o crédito e o investimento para a reindustrialização verde, de desenhar políticas que reduzam desigualdades e assegurem direitos."

Reginaldo Lopes
Deputado Federal

ção protege a sociedade de práticas amadoras, reforça a responsabilidade técnica com instrumentos como a Anotação de Responsabilidade Técnica e permite que os conselhos possam fiscalizar melhor.

O senhor é um parlamentar com forte atuação em temas estruturantes para o desenvolvimento do país. Como essa atualização da legislação profissional se conecta com sua visão mais ampla de projeto nacional de desenvolvimento?

Defendo um projeto de país que combine cinco eixos ao mesmo tempo: crescimento econômico, justiça social, planejamento de longo prazo, transição ecológica e reindustrialização. A reforma tributária que aprovamos vai exatamente nessa direção, porque corrige distorções históricas, torna o sistema mais simples e transparente, reduz a tributação sobre o consumo e abre espaço para uma política de desenvolvimento mais inteligente e sustentável.

Para que esse projeto saia do papel e chegue na vida real da população, precisamos de um Estado que planeje, que avalie políticas públicas, que acompanhe resultados e corrija rotas. E quem está na linha de frente dessa tarefa são os economistas, nos governos, nas empresas, nas cooperativas, no sistema financeiro, na economia solidária. Atualizar a legislação da profissão é uma peça desse mesmo quebra-cabeça. Quando reconhecemos e fortalecemos a atuação dos economistas, estamos fortalecendo a capacidade do Brasil de fazer boa política econômica, de orientar o crédito e o investimento para a reindustrialização verde, de desenhar políticas que reduzam desigualdades e assegurem direitos.

Como os economistas podem colaborar com a aprovação deste projeto na Câmara dos Deputados?

A força deste projeto sempre veio da mobilização da categoria. Para avançarmos nas próximas etapas, essa participação continua sendo decisiva. Os economistas podem: dialogar com deputados e deputadas em seus estados, explicar com clareza que o PL traz segurança jurídica e proteção à sociedade; aprovar moções de apoio em conselhos, sindicatos e entidades acadêmicas; organizar debates e eventos regionais; e divulgar informações corretas nas redes, combatendo interpretações equivocadas. Também é muito importante que continuem contribuindo tecnicamente, enviando sugestões, acompanhando as discussões nas comissões e ajudando a esclarecer dúvidas de outras categorias profissionais. Quanto mais a sociedade entender que uma lei moderna para os economistas significa decisões econômicas mais responsáveis, mais fácil será consolidar essa conquista no Parlamento. Eu sigo à disposição para seguir construindo esse caminho ao lado da categoria.

Entrevista: Luiz Carlos Hauly, relator do PL 3.178/2024 na Comissão de Finanças e Tributação

O senhor é relator do PL 3.178/2024 na Comissão de Finanças e Tributação. De alguma maneira a aprovação unânime na Comissão de Trabalho facilita a tarefa?

Sem dúvida. Esse consenso preliminar facilita o diálogo na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), porque demonstra que o projeto foi construído de maneira equilibrada e atende a demandas reais do setor produtivo, da Academia e dos profissionais que atuam em formulação de políticas públicas.

A unanimidade, no entanto, não dispensa um exame rigoroso. Na CFT, meu papel será aperfeiçoar o texto, garantir segurança jurídica e assegurar que não haja impacto fiscal negativo, preservando a coerência com o sistema tributário e regulatório brasileiro.



A Comissão de Finanças e Tributação costuma ser um espaço de debates complexos. O senhor prevê resistência ao projeto?

Em toda matéria que envolve princípios profissionais, atribuições e responsabilidades técnicas, há naturalmente espaço para questionamentos. Na CFT, os debates devem se concentrar em três pontos: segurança jurídica, compatibilidade regulatória (evitando conflitos com órgãos de controle e com a legislação tributária e fiscal) e ambiente concorrencial saudável.

Meu entendimento é que o PL traz clareza técnica, organizando atividades que já pertencem historicamente ao campo da ciência econômica, como análises macroeconômicas, perícias, avaliações, estudos de viabilidade, mediação econômica, planejamento e arbitragem especializada. Com diálogo e técnica, não vejo resistência estrutural, vejo oportunidade de convergência.

Como o senhor, enquanto economista e parlamentar experiente, avalia o futuro da profissão? Que novas competências e campos de atuação devem ganhar relevância nos próximos anos — e como o PL contribui para esse avanço?

A economia está vivendo uma revolução silenciosa. As novas frentes de atuação exigem que o economista domine análise de big data e economia digital, modelos avançados de previsão e risco, regulação econômica, economia comportamental, sustentabilidade e finanças verdes, sistemas de inteligência artificial aplicados à política econômica, mediação e arbitragem econômica de conflitos complexos, perícias e avaliações de alto nível técnico.

O PL 3.178/2024 contribui diretamente para esse futuro ao definir com clareza campos de atuação e responsabilidades técnicas compatíveis com o Século XXI. A regulamentação moderna valoriza a formação acadêmica, estimula a profissionalização e estabelece parâmetros para proteger a sociedade e o mercado.

Como os economistas podem colaborar com a aprovação deste projeto na Câmara dos Deputados?

Os economistas podem apoiar o projeto por meio de diálogo com parlamentares (esclarecendo a importância técnica da atualização legal), produzindo notas técnicas, enviando sugestões formais de aperfeiçoamento do texto e explicando à sociedade que o PL não cria barreira de mercado, mas estabelece responsabilidade e padrões profissionais. Como relator na CFT, estou aberto a ouvir todos os profissionais e entidades que desejam contribuir para um texto sólido e tecnicamente irretocável.



A economia está vivendo uma revolução silenciosa. As novas frentes de atuação exigem que o economista domine análise de big data e economia digital, modelos avançados de previsão e risco, regulação econômica, economia comportamental, sustentabilidade e finanças verdes, sistemas de inteligência artificial aplicados à política econômica, mediação e arbitragem econômica de conflitos complexos, perícias e avaliações de alto nível técnico."

Luiz Carlos Hauly
Deputado Federal



Filhos do Bolsa Família: *uma análise da última década*

POR VALDEMAR PINHO NETO

Introdução

O Programa Bolsa Família consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como um dos principais pilares da proteção social no Brasil. Ao assegurar uma transferência de renda direta e previsível às famílias em situação de vulnerabilidade, o programa atua sobre a face mais imediata da pobreza, que é a insuficiência de recursos para alimentação adequada e condições mínimas de dignidade. Desde sua concepção, porém, o Bolsa Família foi desenhado para ir além do alívio imediato da pobreza. As condicionalidades de educação e saúde buscam fortalecer o acesso a serviços essenciais e favorecer a formação de capital humano entre crianças e adolescentes. Na prática, isso se traduz em melhores indicadores de educação e saúde, criando condições para que a geração seguinte disponha de oportunidades superiores às de seus pais.

Esse desenho de transferência monetária condicionada, que combina alívio imediato da pobreza com contrapartidas em educação e saúde, já tem sido amplamente estudado pela literatura nacional e internacional. Em geral, esses estudos encontram efeitos favoráveis do Bolsa Família sobre pobreza e desigualdade de renda, educação, saúde, participação e alocação da força de trabalho, segurança alimentar, padrões de consumo e criminalidade (CHIODA; DE MELLO; SOARES, 2016; GLEWWE; KASSOUF, 2012; RASELLA et al., 2013; RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017; SOARES; RIBAS; OSÓRIO, 2010; TAVARES, 2010; TAVARES et al., 2009).

Em conjunto, as evidências apontam para a capacidade do Bolsa Família de produzir ganhos socioeconômicos concretos e persistentes, consolidando-o como uma experiência bem-sucedida de transferência condicionada de renda.

Um aspecto central do Bolsa Família é que ele abre espaço para que os jovens melhorem de vida e rompam com a transmissão intergeracional da pobreza. Evidências recentes reforçam esse ponto. Um estudo (IMDS; OPPEN SOCIAL;



PINHO NETO; SCHUABB, 2023) baseado em dados administrativos do programa, que acompanha ao longo do tempo as primeiras crianças e adolescentes beneficiários do Bolsa Família, mostra que uma parcela expressiva dessa geração deixa a condição de beneficiária do programa, ingressa no mercado de trabalho formal e melhora suas condições socioeconômicas na vida adulta. Os resultados indicam mobilidade social na base da distribuição de renda e melhora das condições socioeconômicas de grande parte dos indivíduos beneficiários do PBF na infância e adolescência.

Neste estudo, investigamos a segunda geração do programa Bolsa Família, representada por membros de famílias beneficiárias em 2014, que serão acompanhados ao longo da última década (2014–2025), analisando sua permanência ou saída do Bolsa Família e do CadÚnico, bem como o acesso ao mercado de trabalho formal. Os resultados principais mostram que a maior parte desses jovens conseguiu, ao longo desse tempo, se desligar do Bolsa Família. Em média, cerca de 60,68% de todos os beneficiários de 2014 deixaram o programa ao longo da década e não recebem mais o benefício no ano de 2025. Essa proporção é ainda maior entre os que eram

adolescentes em 2014: 68,8% na faixa de 11–14 anos e 71,25% entre 15–17 anos. Os resultados também evidenciam uma saída expressiva desses jovens do Cadastro Único, acompanhada por um aumento da inserção no mercado de trabalho formal. Isso sugere uma inserção produtiva e aumento de renda principalmente nas idades de transição para o mercado de trabalho, indicando que uma parcela importante da segunda geração de beneficiários passou a depender menos do programa e a trilhar trajetórias mais favoráveis de mobilidade socioeconômica.

O estudo indica ainda que, quando o Bolsa Família é combinado com melhores oportunidades locais, maior escolaridade e condições de moradia mais adequadas, os jovens tendem a apresentar trajetórias mais favoráveis de autonomia futura em relação ao programa. Regiões com maior dinamismo econômico, áreas urbanas e com melhores condições de acesso aos empregos formais, em média, apresentam taxas mais altas de saída do Bolsa Família. Além disso, o programa também funciona como proteção social essencial em territórios e contextos de maior vulnerabilidade, como em áreas rurais, regiões com menos oportunidades e domicílios em situação de maior precariedade.



Vale destacar que evidências de que os filhos de famílias beneficiárias conseguem romper as barreiras da pobreza e deixar o programa são centrais para a própria viabilidade e sustentabilidade do programa, pois indicam que a política não gera dependência permanente, mas abre espaço para trajetórias autônomas de geração de renda. Nesse aspecto, o Bolsa Família, além de funcionar como uma base de segurança e proteção para as famílias pobres, também permite o planejamento para acesso às melhores oportunidades de trabalho e renda.

Dados

O estudo utiliza um conjunto de bases administrativas, tendo como eixo central o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que permite acompanhar, ao longo do tempo, os membros de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A coorte de interesse é formada pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2014, com foco nas crianças e adolescentes que serão acompanhados ao longo de uma década. O primeiro passo consiste em combinar o CadÚnico de 2014 com a folha de pagamento do Bolsa Família referente a dezembro de 2014, identificando a coorte de interesse e os indivíduos efetivamente beneficiários. A partir dessa identificação inicial, esses indivíduos são verificados na folha de pagamentos do último mês disponível (outubro de 2025), o que permite mapear sua permanência ou saída do programa ao longo do período.

O CadÚnico fornece ainda um conjunto rico de informações sobre famílias, domicílios e indivíduos, permitindo reconstruir retrospectivamente a situação observada em 2014. Entre as variáveis disponíveis, destacam-se composição familiar, renda, escolaridade, situação ocupacional, características do domicílio (infraestrutura, materiais de construção, acesso a serviços), localização geográfica entre outros. Esses dados são fundamentais para analisar em que medida perfis socioeconômicos distintos se associam a padrões diferenciados de permanência ou saída do Bolsa Família ao longo do tempo.

Além disso, é utilizada a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que permite identificar a inserção formal no mercado de trabalho. A vinculação entre a coorte definida no CadÚnico/Bolsa Família e os registros da RAIS torna possível analisar a formalização dos beneficiários ao longo da última década.

Para explorar heterogeneidades por idade nas taxas de saída do Bolsa Família, os indivíduos são organizados em cinco grupos etários, aproximando a etapa educacional em que se encontravam em 2014 e a idade esperada ao final de 2024. O Quadro 1 a seguir sintetiza essa classificação, relacionando cada grupo (pré-escolar, ensino fundamental I e II, ensino médio e adultos) às faixas etárias correspondentes em 2014 e em 2024, e será utilizada ao longo do estudo para comparar padrões de permanência, saída do programa e inserção no mercado de trabalho entre diferentes momentos do ciclo de vida.



O Programa Bolsa Família consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como um dos principais pilares da proteção social no Brasil."

Quadro 1: Grupos etários/escolares da segunda geração

Grupo escolar	Idade em 2014	Idade no final de 2024
Pré-Escolar	0 a 5	10 a 15
Ensino Fundamental I	6 a 10	16 a 20
Ensino Fundamental II	11 a 14	21 a 24
Ensino Médio	15 a 17	25 a 27
Adultos (18+)	18 ou mais	28 ou mais

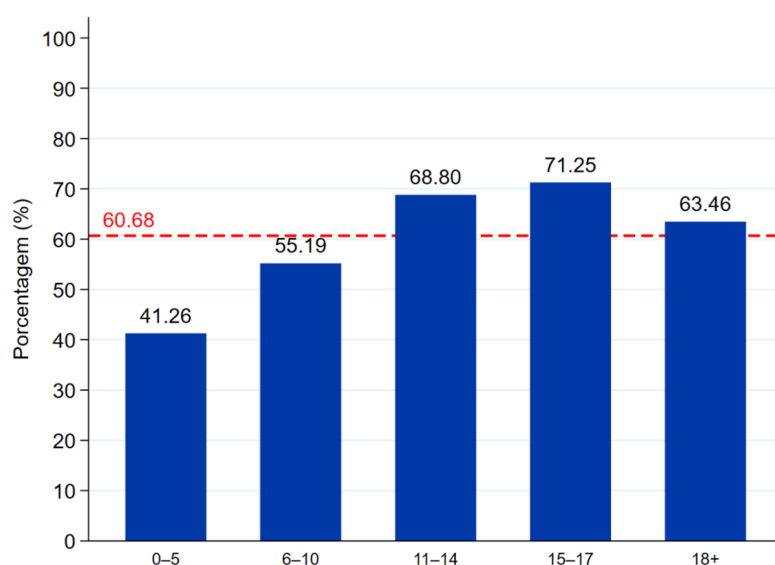
Fonte: Elaboração própria.

Resultados

Esta seção apresenta os principais resultados da pesquisa, que acompanha as trajetórias da “segunda geração” de beneficiários do Bolsa Família ao longo da última década. Focamos na coorte de jovens que, em 2014, tinha entre 6 e 17 anos e pertencia a famílias beneficiárias do programa, analisando se permanecem ou não no Bolsa Família em 2025 e como as taxas de saída variam conforme características da família, do domicílio e do próprio jovem.

A Figura 1 mostra a proporção da coorte de beneficiários do Bolsa Família em 2014 que não é mais observada no programa em 2025, evidenciando trajetórias de saída particularmente expressivas entre os mais jovens. Em média, cerca de 60,68% dos beneficiários de 2014 deixaram o programa (linha vermelha), mas essa proporção é ainda maior entre aqueles que eram adolescentes e jovens adultos em 2014: 68,8% na faixa de 11–14 anos e 71,25% entre 15–17 anos.

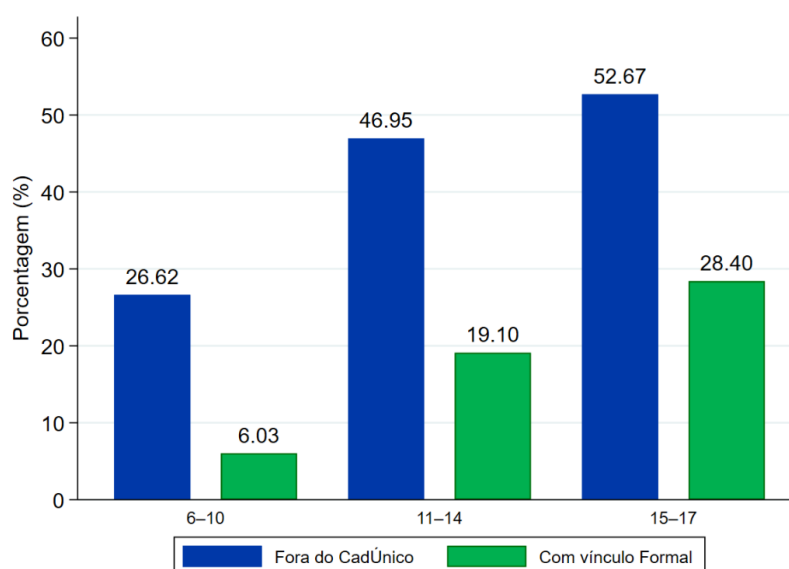
Figura 1 – Taxa de saída (média e por faixa etária) do Bolsa Família entre beneficiários de 2014 e situação em 2025



Fonte: Elaboração própria dos microdados administrativos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

A Figura 2 revela sinais de avanço na trajetória da “segunda geração” de beneficiários do Bolsa Família. Entre aqueles que tinham 6–10 anos em 2014, cerca de 26,6% já não são mais observados no CadÚnico em 2025 e 6,0% possuem vínculo formal de trabalho. Esses números crescem de forma expressiva nas faixas etárias seguintes: entre os jovens que tinham 11–14 anos em 2014, quase metade (46,9%) deixou o CadÚnico e 19,1% já se encontram inseridos no mercado formal; entre os que tinham 15–17 anos, mais da metade (52,7%) saiu dos registros do CadÚnico e 28,4% têm emprego formal.

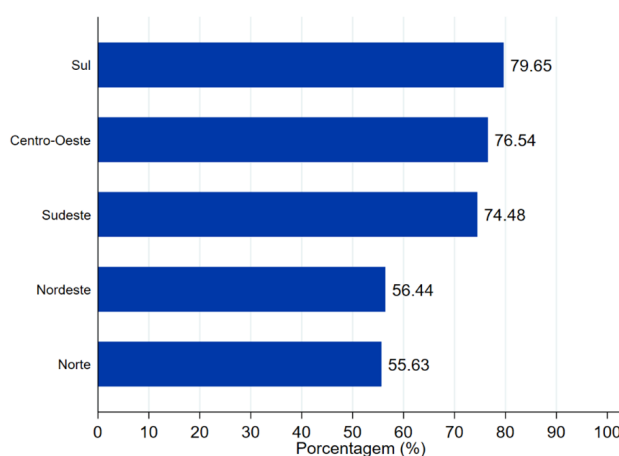
Figura 2 – Proporção de jovens de 6 a 17 anos, e beneficiários do Bolsa Família em 2014, que deixaram o CadÚnico e que possuem vínculo formal em 2025



Fonte: Elaboração própria dos microdados administrativos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

A Figura 3 mostra importantes variações regionais. Nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, as taxas de saída dos jovens variam entre 74% e 80%, indicando que a maioria dos beneficiários dessa coorte já não participam do programa em 2025. Já no Norte e no Nordeste, as taxas de saída ficam em torno de 55% a 56%, o que revela uma permanência maior no programa justamente nas áreas historicamente mais pobres do país. Esses resultados apontam para a necessidade de combinar o Bolsa Família com políticas de desenvolvimento regional e dinamização dos mercados de trabalho locais, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

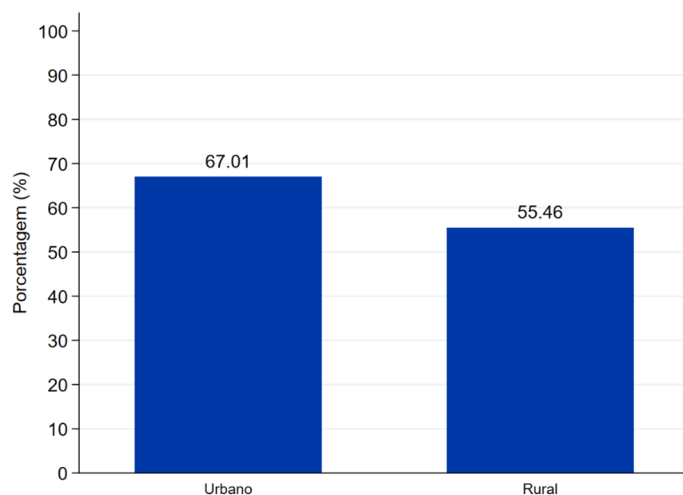
Figura 3 – Taxa de saída do Bolsa Família entre jovens de 6 a 17 anos, segundo macrorregião de residência em 2014.



Fonte: Elaboração própria dos microdados administrativos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

Na Figura 4, observa-se que os jovens residentes em áreas urbanas apresentam taxa de saída de 67,01%, enquanto, nas áreas rurais, essa proporção é de 55,46%. A diferença reforça que a transição para fora do programa é mais frequente em contextos urbanos, onde a oferta de empregos formais e oportunidades de geração de renda tende a ser maior. No meio rural, a permanência mais elevada sugere maior vulnerabilidade e menor diversificação de fontes de renda, o que demanda atenção específica em políticas de inclusão produtiva voltadas ao campo.

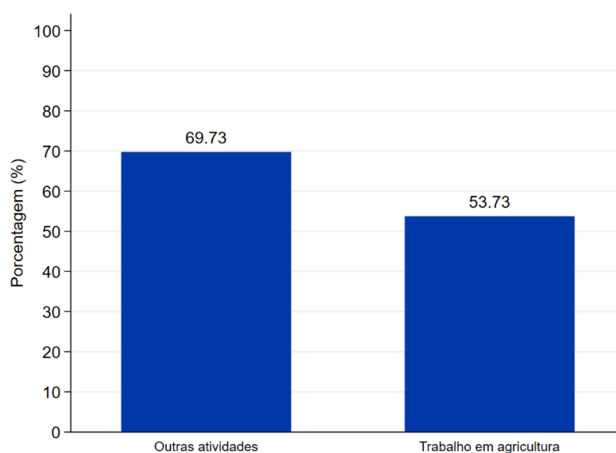
Figura 4 – Taxa de saída do Bolsa Família entre jovens de 6 a 17 anos, segundo situação do domicílio (urbano ou rural).



Fonte: Elaboração própria dos microdados administrativos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

A Figura 5 mostra que, em famílias cuja pessoa de referência trabalhava na agricultura, a taxa de saída dos jovens é de 53,73%, bem abaixo dos 69,73% observados naquelas ligadas a outros setores da economia. Isso reforça a vulnerabilidade específica dos domicílios agrícolas, frequentemente marcados por sazonalidade, baixos rendimentos e maior informalidade.

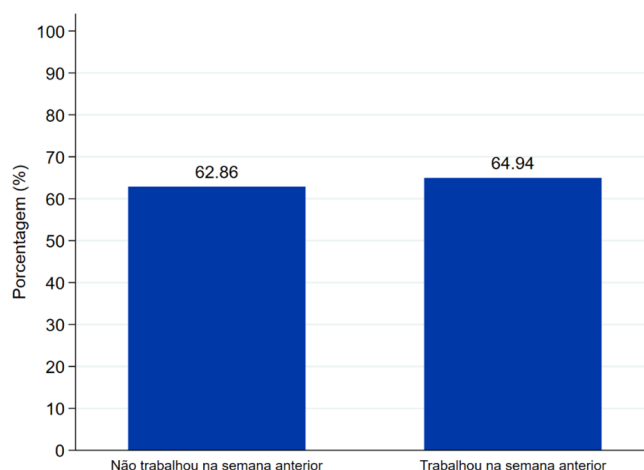
Figura 5 – Taxa de saída do Bolsa Família entre jovens de 6 a 17 anos, segundo setor de atividade da pessoa de referência (agricultura versus demais setores).



Fonte: Elaboração própria dos microdados administrativos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

Na Figura 6, a diferença entre os grupos é relativamente pequena: 64,94% de saída entre os jovens cujas famílias tinham pessoa de referência ocupada na semana de referência, contra 62,86% entre aqueles em que a pessoa de referência não havia trabalhado. Apesar de modesta, essa diferença reforça que a participação recente no mercado de trabalho já em 2014 está associada a uma probabilidade um pouco maior de superação da dependência do benefício ao longo da década.

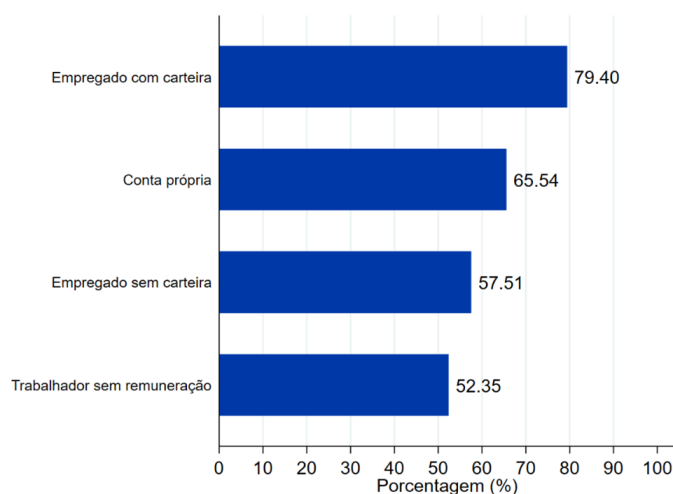
Figura 6 – Taxa de saída do Bolsa Família entre jovens de 6 a 17 anos, segundo se a pessoa de referência trabalhou na semana de referência em 2014.



Fonte: Elaboração própria dos microdados administrativos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

A Figura 7 destaca o papel da inserção ocupacional da pessoa de referência. Quando a pessoa de referência era empregada com carteira assinada, a taxa de saída dos jovens chega a 79,40%, ao passo que, entre famílias com trabalhador por conta própria, o valor é de 65,54%. Nas situações de maior vulnerabilidade, como empregado sem carteira ou trabalhador sem remuneração, as taxas de saída caem para 57,51% e 52,35%, respectivamente.

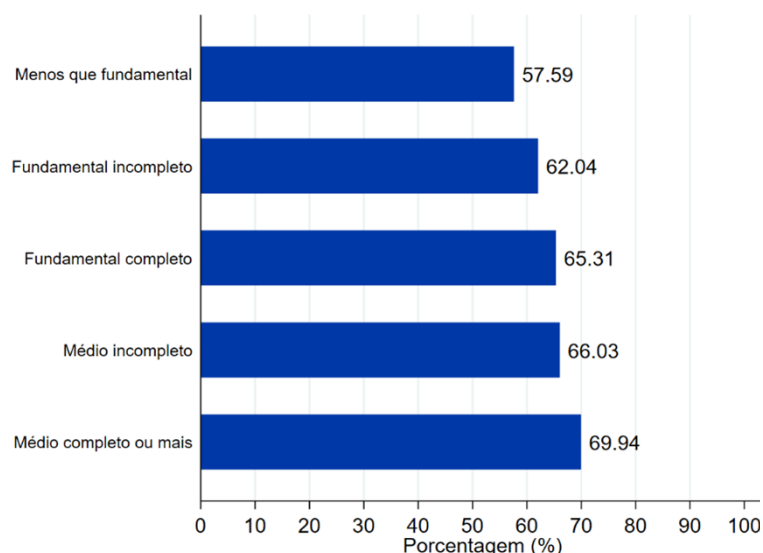
Figura 7 – Taxa de saída do Bolsa Família entre jovens de 6 a 17 anos, segundo posição na ocupação da pessoa de referência em 2014.



Fonte: Elaboração própria dos microdados administrativos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

A Figura 8 evidencia a importância da educação da pessoa de referência para a saída futura do Bolsa Família. Entre jovens cujas famílias têm pessoa de referência com menos que o ensino fundamental, a taxa de saída é de 57,59%. Esse percentual aumenta gradualmente para 62,04% (fundamental incompleto), 65,31% (fundamental completo) e 66,03% (médio incompleto), atingindo 69,94% nas famílias em que a pessoa de referência concluiu o ensino médio.

Figura 8 – Taxa de saída do Bolsa Família entre jovens de 6 a 17 anos, segundo nível de escolaridade da pessoa de referência em 2014.



Fonte: Elaboração própria dos microdados administrativos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

Considerações Finais

Ao longo da última década, os resultados indicam que o Bolsa Família tem sido compatível com trajetórias concretas de mobilidade socioeconômica, principalmente entre os mais jovens. Essas trajetórias são evidenciadas pela saída do Bolsa Família, bem como pela saída do CadÚnico e maior inserção no mercado de trabalho formal. Ou seja, os filhos do programa passam a depender menos da transferência de renda do que seus pais. Esse processo é influenciado pelo contexto individual, familiar e territorial. Regiões mais dinâmicas, áreas urbanas, famílias com melhor inserção ocupacional, maior escolaridade da pessoa de referência e infraestrutura domiciliar mais adequada apresentam taxas de saída mais altas, enquanto domicílios em extrema pobreza, em áreas rurais, ligados à agricultura, com baixa escolaridade ou infraestrutura precária permanecem por mais tempo no programa. De modo geral, os achados apontam para a sustentabilidade do Bolsa Família. Para que o programa siga avançando, é importante aprofundar a integração entre transferência de renda, inclusão produtiva e desenvolvimento social e regional, de modo que os padrões intergeracionais favoráveis observados para parte dos filhos do Bolsa Família se tornem uma realidade mais ampla em todo o país.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Governo Federal. Solicitar cessão de dados identificados do Cadastro Único. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-cessao-de-dados-identificados-do-cadastro-unico>>. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. Governo Federal. Solicitar acesso aos dados identificados da RAIS e do CAGED. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-acesso-aos-dados-identificados-rais-e-caged>>. Acesso em: 4 dez. 2025.

CHIODA, L.; DE MELLO, J. M. P.; SOARES, R. R. Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa Família and crime in urban Brazil. *Economics of Education Review*, v. 54, p. 306-320, 2016.

FASSARELLA, E.; FERREIRA, S.; FRANCO, S.; PINHO NETO, V.; RIBEIRO, G.; SCHUABB, V.; TAFNER, P. Social mobility and CCT programs: The Bolsa Família program in Brazil. *World Development Perspectives*, v. 35, 2024. DOI: 10.1016/j.wdp.2024.100624.

IMDS; OPPEN SOCIAL; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues de; SCHUABB, Vinícius. Mobilidade Social no Brasil: uma análise da primeira geração de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Rio de Janeiro: Imds, 2023. Disponível em: <<https://imdsbrasil.org/publicacao/mobilidade-social-no-brasil-uma-analise-da-primeira-geracao-de-beneficiarios-do-programa-bolsa-familia/>>. Acesso em: 3 dez. 2025.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. The impact of the Bolsa Escola/Família conditional cash transfer program on enrollment, dropout rates and grade promotion in Brazil. *Journal of Development Economics*, v. 97, n. 2, p. 505-517, 2012.

RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. *The Lancet*, v. 382, n. 9886, p. 57-64, 2013.

RIBEIRO, F. G.; SHIKIDA, C.; HILLBRECHT, R. Bolsa Família: um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 47, n. 4, p. 805-862, 2017.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *Economia e Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2010.

TAVARES, P. A. et al. Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 39, n. 1, p. 25-58, 2009.



Valdemar Pinho Neto

Graduado pela Universidade Federal do Ceará, com mestrado e doutorado em Economia pela Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE). Atuou como pesquisador na University of Chicago Booth School of Business. Coordena o Centro de Estudos Empíricos em Economia e o Mestrado Profissional em Economia e Finanças na FGV EPGE.

A estimativa da desigualdade de rendas revisitada

POR JOSÉ CARLOS PELIANO

A desigualdade de rendas é uma questão presente há tempos na análise econômica desde que as condições de vida da população começaram a chamar a atenção e pressionar a sociedade pelo aumento do contingente dos mais pobres. O contraponto era o acúmulo de riqueza em poucas mãos entre os mais ricos. Revoltas sociais, localizadas ou não, marcaram a insatisfação entre habitantes de regiões e países ao longo da história exatamente por causa da fome, pobreza, miséria e servidão de um lado em comparação à ganância, acumulação, ganância e despotismo do outro em reinos, feudos, vilas, cidades e nações.

A desigualdade de rendas é estimada, em geral, por medidas estatísticas que avaliam as distâncias ou diferenças entre as rendas de indivíduos ou grupos e a renda média da distribuição total usada como referência. Entre as mais usadas e conhecidas¹ estão a variância, o coeficiente de variação e os índices de Gini e de Theil. Por duas vezes este autor desenvolveu medidas semelhantes com o mesmo objetivo².

Este texto apresenta uma alternativa adicional para estimar a desigualdade de rendas por meio de uma concepção com três expressões derivadas. A alternativa leva em conta as diferenças de renda entre duplas de indivíduos ou de grupos, ambos contíguos, e suas respectivas médias na série



de renda da distribuição, tendo em conta que essas diferenças de rendas entre as duplas de indivíduos ou grupos são referenciadas à escala social de rendas onde estão classificados.

A concepção alternativa para estimar a desigualdade de rendas

Sejam x_i as rendas e n_i as frequências dos i -ésimos indivíduos ou grupos numa população de tamanho N , renda média da distribuição X e x_{ii+1} a renda média de cada dupla de indivíduos ou grupos. Toma-se a renda média de cada dupla de indivíduos ou grupos nas respectivas faixas de renda com a seguinte ordenação, $x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_N$. As duplas são tomadas sem repetição, ou seja, x_1 com x_2 e n_1 com n_2 e assim sucessivamente até x_{N-2} com x_{N-1} e n_{N-2} com n_{N-1} .

A ideia por trás de tomar os indivíduos ou grupos dessa forma para o cálculo das medidas é a de entender que a desigualdade de renda entre eles começa a ser verificada entre cada par contíguo, sem se valer das distâncias entre cada e todos e a renda média da distribuição. Daí estimar as distâncias ou diferenças de renda entre cada dupla de indivíduos ou grupos para ver se permanecem iguais ou variam nas respectivas escalas de rendas entre períodos de tempo. Quanto mais se distanciem maior a desigualdade e vice-versa.

A alternativa e suas expressões

As distâncias (diferenças) entre as rendas x_i e x_{i+1} divididas por N e X , onde $x_i \leq x_{i+1}$, $x_i \leq x_{ii+1}$, e $x_{ii+1} \leq x_{i+1}$, serão

$$n_{i+1}(x_{i+1} - x_{ii+1}) / (N.X) \quad (1) \text{ e } n_i(x_{ii+1} - x_i) / (N.X) \quad (2)$$

As somas (Σ) respectivas de (1) e (2) são

$$\sum_{l=1}^{N-1} n_{i+1}(x_{i+1} - x_{ii+1}) / (N.X) \quad (3) \text{ e } \sum_{i=1}^{N-1} n_i(x_{ii+1} - x_i) / (N.X) \quad (4)$$

$$\sum_{l=1}^{N-1} (n_{i+1}.x_{i+1} - n_{i+1}.x_{ii+1}) / (N.X) = P_1 \quad (5) \text{ e } \sum_{i=1}^{N-1} (n_i.x_{ii+1} - n_i.x_i) / (N.X) = P_2 \quad (6)$$

Fazendo $(n_{i+1}.x_{i+1}) / (N.X) = \mu_{i+1}$, $(n_i.x_i) / (NX) = \mu_i$, $(n_{i+1}/N) = \eta_{i+1}$ e $(n_i/N) = \eta_i$, a soma das expressões (5) e (6) fica

$$\frac{1}{2} \sum_{l=1}^{N-1} (\mu_{i+1} - \mu_i) + (x_{ii+1}/X).(\eta_i - \eta_{i+1}) = P \quad (7),$$

A medida³ P varia entre 0^4 e $\leq 1^5$ para $x_i \geq 0$, bem como as medidas relacionadas P_1 e P_2 .

As expressões (5) e (6) podem também ser usadas isoladamente como medidas de desigualdade por se referirem às expressões apresentadas em (3) e (4), cujas somas dos intervalos das rendas de cada faixa, de um lado, das maiores (x_{i+1}) e, de outro, das menores (x_i) que a média (x_{ij}) são

semelhantes - o que ultrapassa de cada renda i+1 ou de todas elas acima da média do par (indivíduo ou grupo) é exatamente o que falta em cada renda i ou no total delas abaixo da média do par.

A concepção alternativa da desigualdade, portanto, começa em (3) e (4), ao entendê-la tanto a partir das rendas maiores que as médias dos pares quanto das rendas menores que as médias dos pares. A desigualdade pode, assim, ser medida não só pelo excesso de renda apropriado pelos indivíduos ou grupos com valores acima das médias dos pares de renda (3), como também pelo que falta de renda aos indivíduos ou grupos com valores abaixo das médias dos pares (4). Do total de renda gerada na sociedade esta medida de desigualdade vai mostrar claramente que o que sobra acima da média de renda de alguns indivíduos ou grupos é o que falta abaixo dela para outros indivíduos ou grupos. Ou a riqueza relativa é do tamanho da pobreza relativa vistas e estimadas pela ótica da distribuição de renda.

Aplicação da medida

A medida P e suas variantes foram testadas em dados fornecidos pelo IPEA⁶, utilizando na tabela 1 a seguir os dados da tabela 5 (PNAD Contínua: proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (1º trim/2020 – 3º trim/2024) e a tabela A.2 do Apêndice A (PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixas de renda). Os dados para o Coeficiente de Gini foram obtidos da Carta de Conjuntura e complementados por informação fornecida pela Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac/Ipea).

TABELA 1

Distribuição de renda domiciliar por faixa de renda do trabalho - 3ºs trimestres 2020-24											
Anos	2020		2021		2022		2023		2024		
Faixas	Renda	Frequência	Renda	Frequência	Renda	Frequência	Renda	Frequência	Renda	Frequência	
	Média		Média		Média		Média		Média		
6	37160	2,1	34958	2	34745	2,1	35773	2,1	34352	2,4	
5	14817	4,5	14501	4,8	13884	5,1	14476	5,2	14259	5,8	
4	7730	10,9	7275	12	7048	13,2	7418	13,7	7296	14,5	
3	4399	14,5	4159	15,6	4011	16	4252	15,7	4176	16,4	
2	2906	11,4	2717	12,9	2613	13,1	2777	12,2	2751	11,9	
1	1502	28,7	1337	29,6	1279	28,5	1344	27,9	1359	26,3	
0	0	27,8	0	23,1	0	22	0	23,2	0	22,8	
RM	3693,6	99,9	3663,3	100	3716,6	100	3901,6	100	4075	100,1	

Os cálculos efetuados para as medidas estão a seguir:

TABELA 2

	2020	2021	2022	2023	2024
P	0,318	0,313	0,312	0,31	0,306
P1	0,318	0,313	0,312	0,31	0,306
P2	0,318	0,313	0,312	0,31	0,306
Gni1	0,535	0,523	0,519	0,521	0,517
Gni2	0,496	0,495	0,496	0,493	0,489

Nota: Gini1 IPEA, Gini2 cálculos próprios; excluídos domicílios sem renda



Do total de renda gerada na sociedade esta medida de desigualdade vai mostrar claramente que o que sobra acima da média de renda de alguns indivíduos ou grupos é o que falta abaixo dela para outros indivíduos ou grupos."

Os resultados encontrados mostram a boa aderência de P e suas variantes em relação ao Coeficiente de Gini. Embora sejam construídos com concepções diversas suas evoluções entre 2020 e 2024 seguem próximas umas das outras à leve exceção de 2022 para 2023 (entre P e Gini1) e 2021 para 2022 (entre P e Gini2). De fato, estas exceções podem ser atribuídas a 3 fatores: primeiro, o fato de as variações de desigualdade no período estarem bem reduzidas, muito próximas umas das outras, as quais são afetadas pela sensibilidade operacional de cada medida; segundo, a fonte original dos dados; o IPEA utilizou dados obtidos diretamente do IBGE, portanto mais completos, enquanto este texto se valeu do resumo informativo publicado na Carta de Conjuntura do IPEA – quanto mais dados disponíveis (caso do IPEA) mais acurado o cálculo; e terceiro, os eventuais arredondamentos dos dados quando se trata de números decimais.

A simples apresentação dos resultados com apenas duas casas decimais, no entanto, já mostra a exata concordância das estimativas apresentadas por P e Gini com relação às variações observadas ao longo do tempo. De todas as formas, a evolução de P no período bem próxima à de Gini reflete boa dose de precisão em sua capacidade de estimar com eficiência a desigualdade de renda.

Particularidade da medida P

Dada a expressão de P (7) observa-se que seus dois elementos constituintes podem ser usados para saber mais sobre a conformação da estimativa da desigualdade de renda. Assim,

$$\frac{1}{2} \sum_{i=1}^{N-1} [(\mu_{i+1} - \mu_i), \text{efeito renda}] \text{ e } \frac{1}{2} \sum_{i=1}^{N-1} (x_{i+1}/X) \cdot (\eta_i - \eta_{i+1}), \text{efeito frequência.}$$

No primeiro termo, trata-se das diferenças nas participações relativas de renda e no segundo das diferenças nas frequências relativas. Isto significa que a expressão final da desigualdade fornecida por P tem condições também de indicar se foram mais as variações das participações das rendas relativas ou das frequências relativas que influenciaram o resultado de P.

Os cálculos feitos para os dados da tabela 1 registraram para 2020 P= 0,318, 0,1057 e 0,2124, e para 2024 P= 0,306, 0,1011 e 0,2050, respectivamente para os efeitos renda e frequência (em negrito). Estes resultados mostram que o efeito frequência foi o que mais influenciou P – 66,8% e 67,0 respec-

tivamente. A concentração acentuada de domicílios nas faixas mais baixas de renda pesou mais que as variações dos diferenciais de renda entre as faixas – por mais que as rendas tivessem se afastado umas das outras não foram elas responsáveis pelo perfil da desigualdade, mas a persistência de domicílios com as rendas mais baixas.

Por fim, as percentagens indicam ter havido uma rigidez na distribuição das participações de renda e frequência entre os domicílios de sorte a manterem a desigualdade praticamente estável – mesmo tendo ocorrido movimentações nestas participações no período (tabela 1).

Notas

¹ Outras medidas em Hoffmann, Rodolfo; Botassio, Diego e de Jesus, Josimar, Distribuição de Renda – Medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. EDUSP, 2019, São Paulo.

² Peliano, José Carlos, Medidas e Concepções da Desigualdade de Renda: Uma Contribuição em Estudo no Caso Brasileiro. Tese de Mestrado. Universidade de Vanderbilt, Nashville, Tennessee, USA; Distribuição de renda e Mobilidade Social no Brasil: A Ordem e o Progresso Desiguais, 1992. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, São Paulo, e Income Distribution Movements: A Case Study of Brazil. Academia EDU, 2015.

³ A medida e suas expressões atendem a condição de Pigou-Dalton porque sensíveis às transferências de renda das rendas mais baixas às mais altas (e vice-versa).

⁴ $P = [(n_{i+1}/N) - (n_i/N) + (n_i/N) - (n_{i+1}/N)]/2 = 0$.

⁵ $P = 1/2[(N/N-0) + 1/N [(N-1)/N - 1/N]] = 1/2 (N/N + 1/N [(N-1)/N - 1/N]) = 1/2 [N/N + (N-2)/N] = 1/2 (2N-2)/N = (N-1)/N$

⁶ Carta de Conjuntura 65, Nota de Conjuntura 19, 4º trimestre, 2024.



José Carlos Peliano

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atuou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na Universidade de Brasília (UnB) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Porto Alegre, a capital do debate econômico

Economistas de todo o país se reuniram no XXVI Congresso Brasileiro de Economia para debater desafios urgentes e reafirmar de forma prática o papel transformador da profissão

POR COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO



De 6 a 10 de outubro de 2025, Porto Alegre tornou-se o centro do debate econômico nacional ao sediar o XXVI Congresso Brasileiro de Economia (CBE), evento organizado pelo Sistema Cofecon/Corecons. A edição deste ano teve como tema “Desenvolvimento Sustentável: Reconstrução, Desafios e Oportunidades” e reuniu economistas, pesquisadores, gestores públicos, lideranças empresariais, estudantes e representantes da sociedade civil em uma intensa programação. Da transição ecológica à reforma tributária, da inovação ao agronegócio, do comércio internacional à economia criativa, do papel do Estado às desigualdades regionais, os debates envolveram temas prioritários da agenda econômica contemporânea do Brasil, reunindo diversos dos mais importantes nomes da economia brasileira.

“A economia não é fim, é meio que o homem usa para realizar sua destinação natural: a vida plena, nobre, harmoniosa”, afirmou a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, em seu discurso de abertura. Ela ressaltou que, embora o mundo tenha passado por profundas transformações, os economistas continuam sendo desafiados a formular respostas e propor políticas que promovam o desenvolvimento de forma equilibrada e duradoura. Na mesma linha, o presidente do Corecon-RS, Rodrigo Salvato de Assis, destacou a importância do evento como uma oportunidade única de trocas e aprendizados e afirmou que “somos profissionais preparados para compreender e transformar a realidade econômica, com compromisso com o desenvolvimento. O Brasil continuará precisando de economistas éticos e comprometidos”.

O secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Ernani Polo, levou uma mensagem do governador. “Precisamos de diagnósticos precisos e muita coragem para apresentar reformas. Neste cenário, o papel dos economistas é central”, comentou, mencionando também a catástrofe climática que atingiu o estado em 2024: “Estamos atentos aos impactos das mudanças climáticas e precisamos de um novo pacto que coloque resiliência climática e justiça social no centro das decisões econômicas”. O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, também prestigiou o evento e disse que “os voluntários

merecem uma estátua em cada esquina. Sejam de bairros singelos ou grã-finos, eles foram os que salvaram milhares de vidas”. Melo também afirmou que a busca por um futuro sustentável não se faz só com o governo – é preciso que a sociedade esteja junto.

A noite de abertura também contou com uma homenagem aos 80 anos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Temos cinco programas de pós-graduação e, entre nossos egressos, estão a ex-presidente Dilma Rousseff e a ex-governadora Yeda Crusius. Temos também o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Marcio Pochmann, que também está aqui no CBE”, expressou a diretora da Faculdade, Maria de Lourdes Furno da Silva.

A premiação dos vencedores do XXXI Prêmio Brasil de Economia também teve lugar em Porto Alegre. Ladislau Dowbor (livro) e Tomás Torezani (artigo técnico/científico) obtiveram o primeiro lugar nas categorias destinadas a profissionais, enquanto Luiz Gustavo Ismael Hellmann (artigo temático) e Felipe Marques Prado (monografia) venceram naquelas destinadas a estudantes.

Palestras magnas

A palestra magna de abertura do evento contou com o economista Gabriel Aidar, superintendente de Planejamento e Pesquisa Econômica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), patrocinador do evento. Ele abordou o papel que a instituição vem exercendo para promover transparência e inovação em sua atuação, bem como sua importância no suporte ao desenvolvimento nacional. “O BNDES foi e é a casa de grandes economistas”, afirmou ao citar nomes históricos como Inácio Rangel e Roberto Campos, destacando que, além de atuar como instituição de crédito e financiamento, é também “um banco de ideias para o País”. Enfatizou a importância no apoio ao estado durante as enchentes de 2024 e mencionou que “o novo BNDES precisa focar na transição energética, sendo o principal banco que financia energias renováveis”.



A palestra magna de abertura do evento contou com o economista Gabriel Aidar, superintendente de Planejamento e Pesquisa Econômica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), patrocinador do evento. Ele abordou o papel que a instituição vem exercendo para promover transparência e inovação em sua atuação, bem como sua importância no suporte ao desenvolvimento nacional."

Já a palestra de encerramento do Congresso, na noite de 9 de outubro, esteve a cargo do economista Gilneu Vivan, diretor de Regulação do Banco Central do Brasil. Ele abordou reformas microeconômicas que trazem novas oportunidades para o país. "Muitas vezes o impacto transformador vem justamente das mudanças que aprimoram regras, ampliando o acesso ao crédito e diminuindo os custos financeiros. Por meio do microeconômico, é possível mudar o dia a dia de várias empresas e milhões de pessoas", argumentou Vivan. Ele citou o sistema de registro de ativos financeiros, mencionando a existência de R\$ 13 trilhões em ativos que poderiam ser usados como garantia e não são aproveitados; e também o sucesso do Pix, que praticamente eliminou o uso de dinheiro em espécie para pagamentos cotidianos. "O Pix é um sucesso incontestável: reduziu os custos para os bancos, aumentou a inclusão financeira e melhorou a eficiência do sistema".

Eventos paralelos

Paralelamente aos debates realizados no CBE, outros espaços de discussão tiveram lugar em Porto Alegre. Um deles foi o Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons, realizado de forma híbrida, o que permitiu que gerentes, fiscais, advogados e profissionais administrativos compartilhassem experiências e boas práticas de gestão e fiscalização.

O Fórum da Mulher Economista e Diversidade vem ganhando cada vez mais espaço dentro dos eventos do Sistema Cofecon/Corecons. Nesta edição, além dos vários debates sobre o protagonismo feminino e o mercado de trabalho das economistas, o Fórum contou com o lançamento do livro Economia Feminista no Brasil, organizado por Marilane Teixeira, Margarita Oliveira e Clarice Menezes Vieira. O livro apresenta uma coletânea de estudos que traçam um panorama do tema, abordando assuntos como renda, trabalho, políticas públicas, orçamento sensível a gênero e economia do cuidado.

O Fórum de Perícia Econômico-Financeira também recebeu importantes debates sobre este campo de atuação do economista. Ao longo de um dia inteiro de programação, foram discutidos temas gerais e específicos como perícia bancária, inteligência artificial, avaliação de empresas, perícia de prestação de contas e perícia ambiental.

Entre os destaques do CBE, o estudante-Maurício Martinho Lino Junior, da Universidade Estadual de Goiás foi o grande vencedor da XIV Gincana Nacional de Economia. Ele superou seus oponentes em cada uma das fases da competição, com o detalhe de que precisou competir sozinho: por motivos de saúde, seu companheiro de dupla não conseguiu viajar a Porto Alegre. Os demais finalistas foram Danilo Ponciano dos Santos e Lucas da Silva Duda (UFRJ), em segundo lugar; Breno Liebbmann Vervloet e Henrique dos Anjos

Moura (UFES), em terceiro; e Lucas Gloria Lopes e Tarcisio Iago Silva Nunes (UFTO), em quarto.

Próximo CBE será em São Paulo

A Carta de Porto Alegre, documento final do evento, sintetizou o espírito crítico e propositivo que marcou os debates realizados. O texto contém diagnósticos e recomendações dos economistas e reafirma a necessidade de um Projeto Nacional de Desenvolvimento autônomo e sustentável, colocando o Brasil em um lugar de destaque na geopolítica mundial. A Carta encerrou o Congresso, mas não o debate econômico, que continuará sendo promovido de forma constante pelos economistas enquanto o Sistema Cofecon/Corecons se prepara para a próxima edição do evento, em 2027, na cidade de São Paulo.

Carta de Porto Alegre

Os economistas brasileiros reunidos no XXVI Congresso Brasileiro de Economistas (CBE), com o tema “Desenvolvimento Sustentável: Reconstrução, Desafios e Oportunidades”, realizado em Porto Alegre/RS, de 7 a 9 de outubro, vêm se manifestar a respeito do momento vivenciado pela economia brasileira e suas condicionalidades e perspectivas.

A economia mundial vive um período de grandes transformações. Nos últimos anos, a Pandemia Covid-19 e os impactos da crise climática e das guerras representam reflexos profundos nas cadeias produtivas internacionais, mais recentemente também influenciadas pelo tarifaço imposto pelo governo dos EUA.

Internamente, os programas governamentais de transferência de renda, tanto do ponto de vista econômico quanto social e ambiental, precisam ser preservados e aprofundados. Seus dobramentos representam avanços significativos na retomada do papel do Estado na condução de um projeto de desenvolvimento sustentável.

Sob o ponto de vista social, a reformulação e o aprimoramento de tais iniciativas são relevantes para minimizar os efeitos de uma sociedade desigual e injusta. Nesse sentido, também a política de valorização do salário mínimo, com impactos diretos nas aposentadorias, pensões e

benefícios, tem sido relevante para a preservação do poder de compra da parcela mais vulnerável da população. No mercado de trabalho, a baixa taxa de desocupação tem favorecido a recuperação da renda das famílias brasileiras, sobretudo as mais vulneráveis.

Destaque-se os avanços no campo da questão tributária, com a aprovação no Congresso Nacional da primeira fase (envolvendo os impostos indiretos), e a discussão em andamento da desoneração do Imposto de Renda para as menores faixas de renda e a tributação dos super-ricos, corrigindo distorções históricas nesse campo.

Ainda no âmbito das políticas macroeconômicas, urge reduzir o custo do capital representado por uma taxa Selic de 15% ao ano, ainda excessivamente elevada comparativamente à rentabilidade esperada dos projetos, inibindo investimentos e ainda onerando excessivamente o financiamento da dívida pública e privada.

A proximidade da Cúpula do Clima, em Belém, no mês de novembro, será outra oportunidade para o posicionamento brasileiro na geopolítica do clima e do meio ambiente. O Brasil aumentou a ambição da sua meta de redução de gases de efeito estufa e retomou componentes fundamentais do plano nacional de ação climática rumo à implementação de medidas concretas para atingimento das metas.

No âmbito externo, o reposicionamento do Brasil, exercendo seu papel geoeconômico e político de pertencer ao grupo das dez maiores economias do mundo, tem sido primordial para garantir uma reinserção internacional soberana e autônoma, no sentido da preservação dos nossos interesses comerciais e estratégicos, com a defesa do Estado Democrático de Direito e da liberdade de expressão.

Os desafios impostos pela nova configuração da economia mundial, por outro lado, também representam oportunidades para a recolocação do Brasil, considerando nossas potencialidades de autonomia alimentar, hídrica e energética. É a partir desse referencial que, no nosso papel de entidades representativas dos economistas brasileiros, apoiamos e defendemos as iniciativas e ações em curso em prol da consolidação de um Projeto Nacional de Desenvolvimento autônomo e sustentável.

Manifesto dos economistas:

*Por um Brasil líder na transição justa
e no equilíbrio climático*

Texto foi aprovado na plenária final do XXVI Congresso Brasileiro de Economia e levado ao evento realizado em Belém

POR COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Durante o XXVI Congresso Brasileiro de Economia, realizado em Porto Alegre, os economistas presentes aprovaram um manifesto no qual reafirmam o protagonismo do Brasil na agenda climática global e destacam a Amazônia como elemento central para a transição ecológica. O documento também ressalta a responsabilidade dos economistas na formulação de políticas que conciliem desenvolvimento, preservação ambiental e justiça social, posicionando o país como referência em soluções sustentáveis integradas ao combate às desigualdades.

"O Sistema Cofecon/Corecons, como instância de representação da categoria, reafirma seu compromisso de não se omitir neste debate: estará ativo na discussão de estratégias e soluções que conciliem desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental, reforçando que a economia do presente e do futuro deve ser verde, inclusiva e responsável com a nossa geração e com as próximas", expressaram os economistas no texto.

Traduzido para o inglês, espanhol, francês, italiano e magüta/tikuna (língua indígena entre as mais faladas da Amazônia), o Manifesto foi levado para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém nos dias 10 a 21 de novembro. Desta forma, o texto contendo as contribuições dos economistas ultrapassou fronteiras e ampliou

seu alcance junto a organismos internacionais e formuladores de políticas públicas.

A inclusão de uma língua indígena amazônica carrega forte simbolismo ao reconhecer a diversidade cultural brasileira e a contribuição dos povos originários na construção de futuros sustentáveis. O Brasil tem a oportunidade histórica de liderar uma transição justa que una prosperidade, equidade e preservação para as próximas gerações.

Leia a seguir o texto aprovado no XXVI Congresso Brasileiro de Economia e levado à COP30.



Por um Brasil líder na transição justa e no equilíbrio climático

O XXVI Congresso Brasileiro de Economia apresenta à sociedade brasileira e à comunidade internacional este Manifesto, às vésperas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em Belém do Pará. Pela primeira vez na história, a Amazônia, coração da biodiversidade planetária, acolhe o encontro climático mais importante do mundo, consolidando o papel estratégico do Brasil no enfrentamento da emergência climática e na construção de um futuro sustentável.

Esta Conferência não representa somente uma oportunidade para debater emissões, tecnologias ou metas climáticas; é um chamado à compreensão de que sem equilíbrio climático não haverá prosperidade econômica, justiça social ou democracia sólida. A emergência ambiental exige uma atuação integrada, em que governos, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos assumam responsabilidades compartilhadas para a preservação do planeta, e a garantia de um futuro digno para todas as gerações.

Nós, economistas, e demais profissionais desempenhamos um papel central ao analisar impactos econômicos, propor políticas públicas ecoeficientes e avaliar, através de múltiplos critérios, os impactos socioeconômicos e ambientais de cada processo econômico que se realiza na busca por soluções que permitam uma transição ecológica justa. Nossa profissão tem um papel importante na formulação de medidas e na construção de políticas.

O Sistema Cofecon/Corecons, como instância de representação da categoria, reafirma seu compromisso de não se omitir neste debate: estará ativo na discussão de estratégias e soluções que conciliem desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental, reforçando que a economia do presente e do futuro deve ser verde, inclusiva e responsável com a nossa geração e com as próximas.

Necessidade de transição justa

Vivemos tempos em que os impactos das mudanças climáticas já não podem ser ignorados. Eventos extremos (enchentes, estiagens, ondas de calor e desastres ambientais) afetam milhões de brasileiros e comprometem a produção, a infraestrutura e a qualidade de vida. No ano passado, o Rio Grande do Sul viveu a maior catástrofe climática de sua história, com 184 mortes, 25 pessoas ainda desaparecidas e quase 100 mil desabrigados. Na Amazônia, uma estiagem prolongada levou vários rios ao menor nível de sua história e ocasionou o registro de mais de 25 mil focos de incêndio. A região sofre, ademais, com os efeitos do avanço do desmatamento, da grilagem e da exploração predatória.

Nas grandes cidades, a combinação de ilhas de calor urbano, precariedade habitacional e desigualdade socioambiental evidencia a urgência de políticas integradas e resilientes. É necessário articular planejamento urbano, investimentos em infraestrutura verde, mobilidade sustentável e gestão eficiente dos recursos hídricos e energéticos, de modo a reduzir vulnerabilidades e promover cidades mais justas e saudáveis. O papel do economista reveste-se de relevância estratégica nesse processo ao avaliar os impactos socioeconômicos, propor mecanismos de incentivo à adaptação e orientar a implementação de políticas que conciliem crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

O Cofecon entende que a transição necessária não pode se restringir a mudanças tecnológicas – ao contrário, deve ser ecológica, social e econômica, ancorada em princípios de justiça climática. Isso implica que os povos da floresta, comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e trabalhadores (urbanos e rurais) não sejam meros objetos de políticas, mas protagonistas e beneficiários de uma transformação estruturante.

Amazônia: centro da agenda global

A Amazônia, além de ser o maior patrimônio natural do Brasil, é também um pilar do equilíbrio climático global. Conscientes de que a floresta em pé tem valor superior ao da derrubada indiscriminada, defendemos a construção de um pacto econômico pela Amazônia, que fortaleça a bioeconomia, valorize os conhecimentos tradicionais, enfrente o desmatamento e atividades ilegais e assegure alternativas econômicas endógenas e sustentáveis.

Neste sentido, é imprescindível ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação, criar mecanismos de compensação financeira justa (como royalties climáticos, pagamentos por serviços socioambientais e créditos de carbono com viés redistributivo) e garantir o protagonismo dos amazônidas no planejamento e execução das políticas públicas para a região. Só assim será possível conciliar conservação ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico sustentável.

Participação no debate econômico

Como resultado de um amplo processo de reflexão coletiva, três documentos foram consolidados no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, expressando o compromisso da categoria com a agenda climática e a transição justa. Após os debates realizados no 29º Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul), em agosto de 2025, o Corecon-SC apresentou um documento com propostas para discutir no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e, posteriormente, levar à COP30. A Carta do XIII Encontro das Entidades de Economistas da Amazônia Legal, sediado no mesmo mês em Manaus, também foi confeccionada com o intuito de ser encaminhada à COP30. Da mesma forma, no Cofecon, a Comissão de Sustentabilidade Econômica e Ambiental conduziu o ciclo de seminários “Diálogos Econômicos à Luz da COP30”, reunindo especialistas, acadêmicos, representantes da sociedade civil e economistas de diferentes regiões do país. A partir desse processo, foi elaborado o documento “Equilíbrio Climático para um Futuro Ecológico Comum”, cuja finalidade é oferecer subsídios qualificados à liderança brasileira na COP30 e contribuir para que o país assuma um papel protagonista na governança climática global.

Entre as medidas propostas pelo Sistema Cofecon/Corecons, encontram-se:

- **Transição ecológica justa:** integração de bioeconomia, economia circular, agroflorestas regenerativas, energias renováveis e renda básica como instrumentos de inclusão e sustentabilidade.
- **Valoração econômico-ecológica:** políticas que reconheçam o valor dos serviços socioambientais, garantindo redistribuição justa e evitando a financeirização predatória da natureza.
- **Governança climática:** fortalecimento de marcos regulatórios, transparência, combate ao greenwashing e alinhamento entre políticas fiscal, monetária e ambiental.
- **Financiamento sustentável:** criação de fundos nacionais e internacionais para adaptação e mitigação, incluindo o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, proposto pelo Brasil.
- **Educação e ciência:** incentivo a laboratórios regionais de economia ecológica, integração entre saberes tradicionais e científicos e fortalecimento da formação técnica para gestores e comunidades.

O Cofecon reafirma que não há economia próspera em um planeta doente. A COP30 oferece a oportunidade histórica de consolidar um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, inclusivo e democrático. O Brasil deve assumir uma posição de liderança global, não como exportador de commodities ambientais, mas como exemplo de transição justa, de justiça climática e de construção de prosperidade a partir da biodiversidade e do êxito na descarbonização da economia.

Este Manifesto é um chamado a governos, empresas, instituições e cidadãos. O equilíbrio climático deve ser o alicerce de um futuro ecológico comum. Somente com ação coordenada, conhecimento científico e valorização das comunidades locais será possível construir um Brasil líder na transição justa e no equilíbrio climático, capaz de oferecer segurança ambiental, prosperidade econômica e justiça social para todos.

**XXVI Congresso Brasileiro de Economia
Outubro, 2025**

Ngo'ü i XXI Ngutaque'e i Naanecüagü i Ngu'ügüarü Rü na'ca i Brasil nü'ira na we'guüca' rü na wüiguüca' climagü

Rü XXVI Ngutaque'e i natücumügü i Naanecüagü i nguügü arü cua'gü'ü rü nanawe' na'ca i duügü i brasilwa ma'êü rü nhumatchi i taguaenawa ma'êü rü ngo'ü naüpa ya 30° Ngutaque'e natücumügü i duügü/naane wü'iwa nhemagü'ü na'ca rü nhema togüwa nange'ü i climagü (COP30) rü tana ngu/ngupetü nagu/nawa i Belém do Pará. Rü nhumarica tama na ngupetü natchiga/wa rü Amazôniawa rü maüne i guüma nhama i naanewa ma'êü rü nana yaugü ngutaque'e äürima me'ü i torü naanegüca' rü ta ya titchiêêgü i popera i nhunhacü Brasilwa nana üüta/ügü pa'atama na'ca i climagü rü nhumatchi na ügüü i me'ügü wipe'ewa.

Nhaä Ngutaque'e tamata nanawe'e nüüca/wüüca namaü ni' nagu ya de'agüü rü yaugüü rü tecnologigagü rü'ena metagü i climagüarü; rü cagü tchiga ni' na nü'ü cuagüüca' rü tama nuna daugügu i torü naane rü tana tauma nana ya i torü ngugü rü mugü rü guenama wüiguüca. Rü nana üüta/ügü pa'atama na'ca i climagü i naane arü nanawae i puracügü wüigu ü rü nawa i nhema yatügü mugüma'ä cuagü rü governogü rü empresagü rü natücumü civilgü rü duüegü nama ta cuagü/ta puaracügü naca i nhema nüna i daugüü i torü naanegü na'ca i buätagü i nhema ne'ü.

Yiemagü puracütanü'ügü nguügü arü rü nama cuagü'ü rü nhumatchi togüamatchigü nanaügü i norü puracü rü nü'ü ya utchiga norü ngueêgü rü nanaügü i duügü arü puracü meama we'gu'ü rü nü'ü dauü rü nawa i muüma ngugürü'ü rü norü cua nguügü arü ngu rü naane namaügü nguügü na'ca na ü'ü/daugü namaü rü na we'ü/naäü i towa na nge'ü guemaca we'gu. Torü puracügü nü'ü na nhema äürima i popera nawa naügü'ü puliticagü.

Rü i nhema nacüma Cofecon/Corecons rü na we'gü'ü rü nana we'gü wena arü norü puracü rü tama na ya cu'gü nawa i nhaä deagü: nawata na nhemagü i deagü namaügü rü wegugü'ü rü ya tatchigüêê ngu nguügütchiga rü mugü rü nhumatchi naanegütchiga rü nana poragüêê natchiga i nhema nguügütchiga rü nhuma arü rü nhumatchi to i ngu-neügüca' na nawae ni' na yau rü gueca rü meayaü ya taacügü rü toguegüma'ä.

Naca' i namaügüwa na nge'ü i we'gü'ü

Nawa ta nhemagü i nguneügü ni' tama marü nü'ü i ngerügü i nhema ya tocümaraü i climagütchiga. Nhema äürima i na nañanetchiga rü baianetchiga/nguanetchigagü tchie'ü naanetchigagü rü nhema rü tü'ü na ya ngau muêma ya duêügü Brasiwa ma'êê rü nana gutchaêê i puracügü i meä i ma'ê. Rü ngupetü Taunecü rü Rio Grande do Suwa muêma nawa ta nhemagü/ma'ê tchieü climagütchiga rü 184 ma ya duêügü i yue'e rü 25 rü tauegü rü wigutaa 100 mil ngepatagü. Rü tatü/naane i amazoniawa i egüane äü rü natügü e'tchiügü'ü natchigawa rü mu'üma na wütaque'e nawa i 25 mil i ü'ü tchiga. Rü nhema nañnewa rü äürima ôôêwa ta nhemagü erü nainecü äürima na yadaigü rü ni doragü i namatüwa rü nhumatchi nana daigü'ütchima.

Ya ñane äügünewa rü nügüma'awa na capaüane ngugüêê i nañnagü rü tchiemareü i pegütchica rü tama wüigu naanetchiga nanawe' i paama politicagüca' wüigu puracügü. Name ni' naü'ü/gü na meêgü ñanegüwa i investimetugü nawa natchica/natchuma'ä yau rü iä'cüü rü meama nhema mügüma cua'ü de'agüarü rü omügüarü rü nhema nha'äcü ya iraätchiêê i turaätchigü rü na ü'ü ñanegü wegune rü me'üne. I puracütanü'ügü i nguügü arü cuagü'ü/ngu'ügü nanawe' i nhema norü me'ügü namaügü nawa we'ätchiêê i nhema ngupetü/nhatügu ngu rü we'gü namaü tümama'ä i u'ü nawa cua'ätchigü i u'ü rü naü'ü i politicagü i na yaêê diêrutchiga, inclusäotchiga rü nüna daugü'ü naanetchiga.

Rü Cofecon nü'ü na cua i nhema namaü na me'ü tama name nüna na tchu'u nawa nama'ügü tecnoliagü – rü na me'üwai nana ecologicagü, na socialgü rü meama nama'ä i nguügü rü mugügu ya ü'ü naanetchiga. Rü nhema rü nü'ü na nhema i duü'ügü nainecücüä'gü rü natücüä'gü rü wawegü rü ma'yugü rü puracütanü'ügü tama politicagü arü nhemaügü rü'ü mare ti'gü notürü tümawa'i nama'ä ti de'agü'ü ta cuagü'ü naca' wü'i i tomaraü/gü aicüma'ä.

Rü Amazonia rü maüne ni'ĩ rü na wũ'igu'ũca i climagüwa i naanegüarü. Tããêwa tü'ũ na nhema-güêê rü nhema nainecü tchiũ nü'ũ na nhema norü poragü i nawa cuaigüanetchiga rü ta na po'ügü i nhema ügü wüi pactugü diêrutchiga ca' na'ca naane i Amazônia rü na poragüêê i bioeconomiagü rü na poragüêê cua'gü torügü tama rü naca' nuegü faigüane tchiga rü tchiri mare ïgü rü nü'ũ i ngïgü toraügü meama nama'ã i ngug'ügü torütama yau'ũ.

Nhemaca rü namenĩĩ na aũê i investimen-tugü nawa i ngugü rü tecnologíagü rü inovaçãogü rü naü'ũ namaügü tümaca' taeguêêgü i diêrugü we'gu (rü royalties climagü, ütanügü puracügü arü naane arü rü crédito carbono arü) rü aicuma tümagüta nama ta fa'gü i amazoniacu'ägü nawa i na me'ê rü na ü'ũ i puracü duñêca'gü i ïgü nawa norü naane. Rü nhema nhaãcü ta ni'ĩ nana aũ i daugü naane arü rü mugü nacümagü rü yeerawa economicugü meãyaĩ.

Natchigawa i deagü diêrutchiga

Rü norü ngu i nhema naguya ü'ũ rü nhumatchi natücumü arü deagü rü tamaepü poperagü megü'ũ nawa i nhema nacüma Cofecon/Corecons rü nü'ũ ya u'ũ i norü uneta ya categoríagü nama i agendagü climagüutchiga rü nama'ũ we'gü. Nawena i deagü i ügü i nguneü i 29º Ngutaque'e i puracütanü'ügü diê-rugü arü i naane Sul arü (Enesul) rü agostugu i 2025 rü Corecon-SC nanawe' wü'ĩ popera nawa nhemaü unetagü naca i deagü'ũ nawa i Cofecon/Corecons rü yicama cop30wa na nge'ũ. Nhema popera i XII Ngutaque'e Nama Cua'gü i Economistagü i Amazo-nia arü rü Manausgu ngu'ũ rü nhemata nana yangü ni'ĩ cop30wa na nge'ũ. Rü nhegumarü' ü tama i Con-fecon, i natücumü i Sustentabilidade Econômica i Ambientalgü naya ngegü ngutaque'egü "Diálogos Econômicos à Luz da COP30", nhema na'ĩ cuagü-tanü'ũ rü nguetanü'ügü rü nama cuagü'ũ i socie-dade civil rü nhumatchi nguüitchitanü'ügü i gu'ũ arü naanewa ne'ũ. Rü nawa nhema namaü nanaügü wü'ĩ popera "Equilíbrio Climático para um Futuro Ecológico Comum" rü nü'ũ ya ngau'ũ i namaügü me'ügü/megü'ũ nawa nüira Brasil nawa i COP30 rü nhumatchi na Brasil na ya ngeüca norü popera nümata ya ïũ nawa governança naanegü arü tchi-gama na cuaü.

Nama'ügü we'gu rü yau'ũ: wüigüwa na nhema-güêê bioeconomiagü rü ngu'ügü i üegu rü toü nai-necü wena rü ü'ũ rü nhe'ũ ngewacaü rü diêru irãü tü'ũ na nhemaüca i ücuü i yauü.

Yau-ngu'ügü tana ägü i pora: nü'ũ na yangü'ũ norü me'gü namaã cuagü'ũ i puracügü yau'ũ naane rü aicüma we'gu'ũ tama nü'ũ nanhema'ũ diêruüitchima i naane.

Nama'ã cua'gü'ũ yauüychiga: Na poragüê i nhema norü Taunecü weã'tchirü'ũ rü daugürü'ũ naca greenwashing rü weatchigüêê i namaã cuagü'ũ i puracügü fiscaugü rü diêrugü rü yauü naane.

Nagu i diêru yau i ü'ũ: Naü'gü i fundugü i naane i Brasil arü rü nhumatchhi togü arü naane naca we'ãt-chigüêê rü na puãtchigüêê rü ya ücutchi i Ngu'ügü Nainecügü Tropicaigü Gu'üguma nawe'ũ i Brasil

Ngu'êê rü cua'gü: Nü'ũ muü i ngugüpataügü naane i yauane nguügü arü rü wüiwa na ngegü'ũ i cua'güta rü cua'gü rü poragüê'êrü'ũ i ngugü nama cua'cü rü nhumatchi natchiü.

Rü Cofecon nüü niu rü tauma tama ngu'ügü niü nheta naane i dawewä. Nhema COP30 nanaã namaü ümatügüwa rü nana ügü wüi puracü i nhama i naaneca i ïũ yauane ngenagü i üüwa rü ücutchiwa nawa me'ũ nacüma. Rü Brasil nanawae i ya na ngeü rü nümata ya ïũ naanema na cuaü rü tama to natchiüanewa na ngeü i nhemaügü i yauanegü notürü ni'ĩ namaü we'guü yaĩ rü mugü yauanecü rü nhumatchi yeerawa na ügü nawa e nhema yaua-necü arü ü rü na guüma yauü äwe ngu'ügü arü.

Nhaã ngo'ũ rü na'ca ni'ĩ äêcagü rü nhemaügü cuagü rü nhumatchi duñêgü. Nhema na wüiguêê yauanecü na nawae ni'ĩ nacune ya ïũ naca i wüi tonguneügü yauane. Ninguutchi i wüi ütchi namaã i cuagügü rü nhumatchi aiücüma nüna na aũ irane ïanegü rü nhema nhaãcüríca tama ta na ügü Brasil nüira namaü weguüwa rü wüiguüwa yauanecü rü aicuma naãü i daugü yauane arü rü yaü nguügü rü mugü guamaca.

XXI Ngutaque'e i Naanecüagü i Ngu'ügüarü Outubro, 2025

Por um Brasil líder na transição justa e no equilíbrio climático

Confira outras traduções do texto aprovado no XXVI Congresso Brasileiro de Economia



LEIA AGORA!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



Capitalismo Superindustrial

Fernando Haddad

Como chegamos ao modelo global de capitalismo marcado por hipercompetição, desigualdade crescente e pela centralidade da ciência como força produtiva? Capitalismo superindustrial reúne estudos sobre economia política e a natureza do sistema soviético, realizados por Fernando Haddad nos anos 1980 e 1990, revisados e ampliados, de modo a contemplar a bibliografia produzida desde então, bem como os desafios

colocados pelo advento da China como potência global. Em prosa erudita e acessível, o autor discute temas como a acumulação primitiva de capital na periferia do capitalismo, a incorporação do conhecimento como fator de produção e as novas configurações de classe.

(Texto da editora Zahar – com adaptações)

Autor: Fernando Haddad

Editora: Zahar

Páginas: 456 páginas

Dimensões: 14 x 21 cm

ISBN: 978-65-5979-252-8



Adeus à CLT?

Alexandre Barbosa Fraga, Elina Gonçalves da Fonte Pessanha, Marco Aurélio Santana



À instigante pergunta de partida, o livro oferece um instrumental analítico relevante para se pensar a centralidade da Consolidação das Leis do Trabalho no universo da regulação laboral brasileira, sem descuidar da pluralidade das abordagens provenientes de diversos campos de saber, história social, sociologia, direito, economia etc. e de distintas trajetórias dos articulistas, pesquisadores, ativistas e sindicalistas.

Ao tematizar questões que se mostraram essenciais aos trabalhadores nestas oito décadas, a coletânea ilumina aspectos fundamentais

do processo de construção de direitos em nosso país. Ao fazê-lo, traz indagações no que tange à situação das classes trabalhadoras na atualidade e suas representações, ao mesmo tempo em que vislumbra o futuro do trabalho. Ancorada em 18 capítulos escritos por pesquisadores e atores sociais que discorrem sobre esse período da história do Brasil, a obra reflete sobre os principais dilemas e desafios vividos pelo mundo do trabalho, perscrutando o passado e o presente e analisando com acuidade os desafios atuais e o futuro. *(Texto da editora 7Letras – com adaptações)*

Páginas: 364 páginas

Editora: 7Letras

Dimensões: 15,5 x 23cm

ISBN: 978-65-5905-929-4

Automação e o futuro do trabalho

Aaron Benanav

O discurso da automação tecnológica tem sido amplamente mobilizado por empresários, políticos, jornalistas e formadores de opinião para sustentar prognósticos ora catastróficos, ora idílicos. Em *Automação e o futuro do trabalho*, Aaron Benanav, professor da Universidade Cornell, contrapõe-se a essas previsões ao argumentar que não é a tecnologia, mas o longo declínio da economia capitalista, o responsável pelo desemprego e, sobretudo, pelos subempregos contemporâneos.

A partir da análise de dados de diversas economias nacionais, o livro acompanha os processos de desindustrialização e de deslocamento

dos empregos para o setor de serviços desde o último quarto do século XX. Mostra como a sobreacumulação de capitais na indústria resultou na desaceleração da produção, da produtividade e do crescimento econômico, afetando profundamente o mundo do trabalho – ainda que de modo heterogêneo entre os países. Sob tais condições, as ilusões da financeirização, frequentemente apoiadas em promessas de novas tecnologias para resolver crises econômicas e sociais, não se confirmam na prática.

(Texto da Editora Boitempo)

Editora: Boitempo

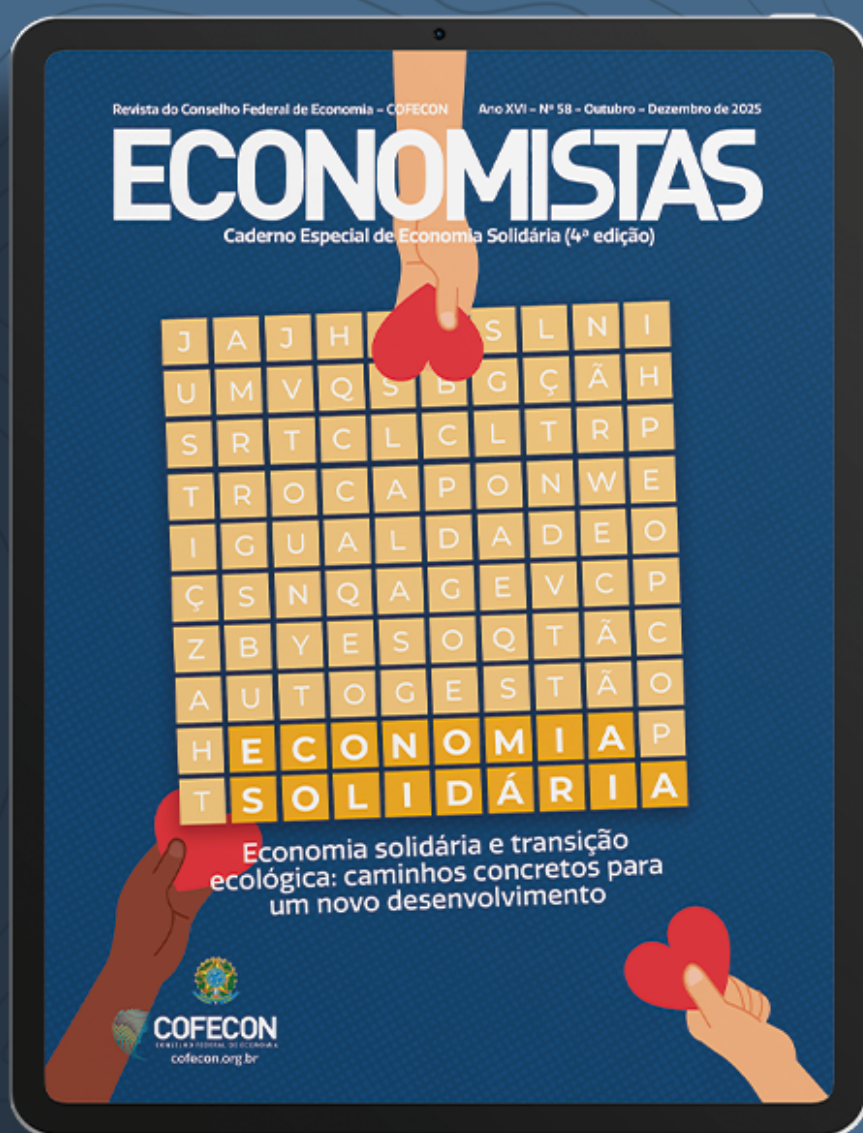
Capa comum: 176 páginas

Dimensões: 23 x 16 cm

ISBN: 978-65-5717-518-7



Confira o Caderno Especial de Economia Solidária



Leia agora!

Aponte a câmera
do seu celular
para o código
QR ao lado!





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**PROTAGONISMO
DIVERSIDADE &
DESENVOLVIMENTO**

Construindo um futuro inclusivo
para a economia brasileira



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br